



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1204/13	DATA: 22/08/2013	
LOCAL: Plenário 3 das Comissões	INÍCIO: 09h41min	TÉRMINO: 13h33min	PÁGINAS: 84

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA - Ministro de Estado das Relações Exteriores.

SUMÁRIO

Audiência conjunta para explanação do Sr. Ministro sobre os principais aspectos relacionados à elaboração e à execução da política externa brasileira e esclarecimentos, no âmbito da esfera de atuação do Ministro das Relações Exteriores, a respeito das denúncias de atividades de espionagem que estariam sendo empreendidas por agências do Governo dos Estados Unidos da América em território brasileiro e sobre critérios exigidos para a entrada e para a contratação de médicos estrangeiros para atuarem no Brasil.

OBSERVAÇÕES

Audiência pública conjunta com as Comissões de Legislação Participativa, de Fiscalização Financeira e Controle, de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e de Seguridade Social e Família.
Há breve intervenção fora do microfone. Ininteligível.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Pellegrino) - Bom dia a todos e a todas. É um prazer imenso estar aqui.

Em nome da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional dou as boas-vindas ao nosso convidado, S.Exa., o Embaixador e Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, que gentilmente aceitou o convite para participar deste importante debate. Dou as boas-vindas, igualmente, a todos os Parlamentares, ao público e também à imprensa aqui presente.

Este é um evento conjunto que conta com a participação da Comissão de Legislação Participativa; da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle — está aqui o Deputado Edinho Bez, Presidente dessa nossa Comissão; da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e da Comissão de Seguridade Social e Família.

Esta reunião ordinária de audiência pública tem como objetivo debater vários temas. O primeiro deles será a explanação de S.Exa. *“a respeito dos principais aspectos relacionados à elaboração e à execução da política externa brasileira”*, que decorre da aprovação do Requerimento nº 313, de 2013, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, de nossa autoria, bem como de requerimentos similares aprovados em outras Comissões. Nós aproveitamos para otimizar a vinda do Ministro a esta Casa. Assim, ele deverá discorrer não só sobre política externa, mas também sobre os temas referentes às outras Comissões.

O segundo objetivo é *“prestar esclarecimentos, no âmbito da esfera de atuação do Ministro das Relações Exteriores, a respeito das denúncias de atividades de espionagem que estariam sendo empreendidas por agências do Governo do Estados Unidos da América em território brasileiro”*, decorrente da aprovação dos Requerimentos nº 297, de 2013; nº 298, de 2013; nº 300, de 2013; nº 302, de 2013; nº 303, de 2013 e nº 306, de 2013, da Comissão de Relação Exteriores e de Defesa Nacional, de autoria dos Deputados João Ananias, Nelson Pellegrino, Vitor Paulo, Urzeni Rocha, Antonio Carlos Mendes Thame, Nelson Marchezan Junior e Alfredo Sirkis, respectivamente; do Requerimento nº 73, de 2013, da Comissão de Legislação Participativa, de autoria do Deputado Glauber Braga; do Requerimento nº 473, de 2013, da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, de autoria do Deputado Edinho Bez; e dos Requerimentos nº 214, de 2013; nº 215, de 2013 e nº



219, de 2013, da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, de autoria dos Deputados Paulo Abi-Ackel e Antonio Imbassahy; Newton Lima e Sibá Machado, e Luciana Santos, respectivamente.

O terceiro e último tema é *“prestar esclarecimentos sobre critérios exigidos para a entrada e para a contratação de médicos estrangeiros para atuarem no Brasil”*, que decorre da aprovação do Requerimento nº 399, de 2013, da Comissão de Seguridade Social e Família, de autoria dos Deputados Mandetta e Eleuses Paiva.

Agradeço a presença aos Presidentes da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, Deputado Edinho Bez; da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; da Comissão de Seguridade Social e Família; da Comissão de Legislação Participativa; e também do Embaixador Carlos Antônio da Rocha Paranhos, Secretário-Geral interino e Subsecretário-Geral Político do Ministério das Relações Exteriores.

Esclareço ainda a S.Exa., o Ministro Antonio de Aguiar Patriota, e aos Srs. Parlamentares que esta reunião está sendo gravada para posterior transcrição e, por isso, solicito que falem ao microfone. Após a exposição do Sr. Ministro, passaremos a palavra aos Presidentes das Comissões e aos autores dos requerimentos aqui presentes, para que possamos fazer o debate.

Ministro, vou passar a palavra a V.Exa. Mais uma vez, quero lhe agradecer pela presença. Esta audiência foi bastante esperada. Ela vem em boa hora, num semestre proveitoso em que vários eventos aconteceram no plano das relações internacionais. Há, portanto, uma agenda acumulada e represada, a qual tenho certeza de que V.Exa. poderá esgotar, com temas importantes como a situação atual do nosso MERCOSUL, debate que tem sido intenso aqui na nossa Comissão; como andam a UNASUL — União de Nações Sul-Americanas — e a nossa CELAC — Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos.

Um assunto que também tem sido bastante palpitante aqui é o Acordo Transpacífico. Como está essa discussão? Também nos interessam bastante a nova rodada de Doha, na OMC; os acordos bilaterais que têm sido realizados pelos Estados Unidos com parceiros do Brasil na UNASUL e no MERCOSUL; as propostas de acordos bilaterais com o Brasil. Como está o debate da relação



MERCOSUL e Comunidade Europeia? Esse também é um assunto muito importante que nós queremos discutir. Como estão os debates em relação à reestruturação do Conselho de Segurança da ONU e o pleito brasileiro também é outro ponto muito importante, assim como as expectativas em relação à atuação do Embaixador Roberto Azevedo na Diretoria-Geral da Organização Mundial do Comércio — S.Exa. vai tomar posse agora no dia 9 —, e de José Graziano na FAO. Como estão as participações brasileiras nas diversas missões de estabilização, como no Haiti?

Recebemos aqui, há pouco tempo, um Senador haitiano que expôs uma série de observações e de preocupações em relação ao desdobramento da missão de paz. Qual é a perspectiva? Qual é o horizonte? E a nossa participação no Líbano e, agora, no Congo? São diversos assuntos relacionados às nossas relações com a África. O Brasil acaba de perdoar dívidas de países africanos. Como está a nossa relação com os países de língua portuguesa é um tema que tem sido objeto de preocupação? Como está a discussão sobre a questão dos BRICS? O que o Brasil almeja nessa discussão em relação à questão dos BRICS? Como nós estamos vendo a questão do G-20, se essa discussão tem acontecido, e, evidentemente, Ministro, como não poderia deixar de ser, como estão os mais recentes episódios em relação às denúncias de espionagem da NSA e também sobre a detenção, por 9 horas, do brasileiro David Miranda pela polícia inglesa. São temas que certamente serão objetos de questionamento nesta audiência.

Portanto, com muito prazer, passo a palavra a S.Exa., o Ministro Antonio de Aguiar Patriota. Antes, porém, se V.Exa. me permitir, eu consultaria o Deputado Edinho Bez se ele gostaria de fazer uma introdução.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Vou falar depois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Pellegrino) - Então, com a palavra S.Exa., o Ministro Antonio de Aguiar Patriota.

O SR. MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA - Muito obrigado, Presidente Deputado Nelson Pellegrino.

Quero dizer da minha satisfação de estar pela primeira vez nesta Comissão sob sua Presidência, e também aqui na presença da Deputada Perpétua Almeida, a qual exerceu, com grande competência, a Presidência desta Comissão, período em que estabelecemos um excelente relacionamento entre o Itamaraty e esta



Comissão. Quero agradecer a presença do Deputado Edinho Bez, da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.

Eu entendo que esta reunião também se dá sob a égide de interesse especial da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, a pedido do Deputado Paulo Abi-Ackel; da Comissão de Seguridade Social e Família, presidida pelo Deputado Dr. Rosinha e do Vice-Presidente da Comissão de Legislação Participativa, Deputado Glauber Braga. Enfim, quero saudar todos os membros da Comissão, Parlamentares, colegas diplomatas — não sei se há algum diplomata estrangeiro — e membros da imprensa.

Começo dizendo que eu valorizo muito este exercício de diálogo com o Congresso Nacional, assim como também, de forma mais ampla, com a sociedade civil, estando inclusive a atual administração do Itamaraty empenhada não só em garantir este tipo de exercício, como o que realizamos hoje, com vindas frequentes, mas também contatos que podemos manter no Itamaraty. Recentemente, o senhor esteve em meu gabinete, quando mantivemos uma conversa de quase duas horas sobre temas da política externa, assim como, antes do senhor, a Deputada Perpétua Almeida.

Mas, no que se refere à sociedade civil, creio que estamos vivendo um momento de que poderemos lembrar no futuro como de intensificação dos contatos do Itamaraty com a sociedade civil. Eles se realizam já há muitos anos, por intermédio de comissões criadas para eventos específicos, como foi a Conferência Mundial de Combate ao Racismo, em Durban; como foi, mais recentemente, a Rio+20, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. Mas o que nós queríamos fazer agora — e deve sair até o fim do ano — é um novo mecanismo de contato regular envolvendo representantes da sociedade civil — eles próprios se identificarão — e representantes do Executivo, do Legislativo e do Itamaraty, em particular, para termos a possibilidade de contato regular, que eu muito valorizo.

Uma das formas também que eu tenho dado curso a esse meu propósito de manter com a sociedade brasileira, *lato sensu*, contato regular, tem sido através de frequentes palestras realizadas em universidades brasileiras. Pretendo agora diversificar um pouco a geografia dessas palestras, visitando universidades em



Estados onde ainda não estive e recebendo estudantes no Itamaraty, porque no momento em que o Brasil eleva o seu perfil internacional, desenvolve uma diplomacia efetivamente universal, com presença em todos os quadrantes do mundo, com relações diplomáticas com todos os países, o interesse de uma nova geração de brasileiros pelas questões de política externa é muito visível.

Com a proliferação de cursos de Relações Internacionais pelo Brasil afora, muitos desses alunos se interessarão no futuro por carreiras no Governo, pela carreira diplomática, mas muitos também se encaminharão para outras atividades ligadas ao setor privado brasileiro, com o qual mantemos contato e que também se internacionaliza. Algumas grandes empresas brasileiras hoje em dia têm verdadeiras unidades de política externa ou de análise dos fatos internacionais, com as quais também queremos manter um contato frequente.

Como o senhor explicitou em sua introdução, eu pretendo fazer uma exposição ampla do que vem sendo as linhas de atuação da diplomacia brasileira. Lembrando a minha participação em uma audiência nesta mesma Comissão, em 5 de setembro do ano passado, eu me concentraria mais nos principais desdobramentos desde então, com ênfase nos eventos ocorridos em 2013.

Aliás, lembro também que no Senado, este ano, já participei de sessões da CREDN — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em 5 de abril e em 20 de junho, sobre a questão do MERCOSUL, da Aliança do Pacífico, de diferentes iniciativas de integração regional na América Latina e Caribe, e, agora, em 10 de julho, sobre o caso Snowden, o caso da espionagem, juntamente com o Ministro Chefe do GSI, o General José Elito, e o Ministro da Defesa, Celso Amorim.

Eu procurarei também fazer um balanço e indicar algumas perspectivas para a continuação do nosso trabalho. Agradeço até por esta enumeração de itens aqui, que vão de MERCOSUL, UNASUL até BRICS e a questão da espionagem, porque assim eu também posso me concentrar um pouco nesses temas, antes de responder a eventuais perguntas e comentários dos participantes na sessão de hoje.

Bom, eu começaria falando da nossa ação externa, dessa presença mais forte do Brasil no cenário internacional, que é função e alguns fatores principais. Em primeiro lugar, o próprio êxito que nós temos tido em superar desafios e encaminhar problemas no plano doméstico, situações que antes nos limitavam em nossa



projeção externa. Não é preciso voltar muito tempo atrás para lembrarmos aqui da defensiva em que ficávamos em questões como desmatamento da Amazônia, questões relacionadas a direitos humanos, mesmo no plano econômico, a inflação galopante, questões relacionadas à dívida externa.

Hoje, havendo no Brasil superação dessas configurações, dessas circunstâncias, de uma maneira muito visível, a autoridade do agente diplomático brasileiro no plano internacional aumenta muito. Eu creio que temos aproveitado e até mesmo nos antecipado a certas tendências que temos observado no cenário internacional, neste momento em que adquirimos essa maior autoridade. E as transformações da cena internacional não são poucas, nem são de menor porte. Pelo contrário. Elas se dão de forma muito acelerada, até surpreendendo muitos analistas e observadores. O próprio Jim O'Neill, aquele economista de Wall Street, que tinha elaborado a análise que levou à criação da sigla BRICS, reconhece que as mudanças que ele havia previsto estão se sucedendo de maneira muito mais rápida do que ele antecipara.

Eu acho que temos que ter, em primeiro lugar, aqui no nosso Ministério, na sociedade brasileira, nos nossos institutos acadêmicos, uma capacidade de observação, de análise muita atenta, porque são mudanças realmente tectônicas, que alteram a nossa percepção da realidade internacional, no contexto das quais o Brasil surge como um ator incontornável.

Se, no passado — às vezes eu comento isso com os jovens diplomatas, ou os estudantes com quem eu converso —, o diplomata brasileiro às vezes era instruído a acompanhar a posição ou a tendência de certo grupo de países em um grande debate, hoje em dia a liderança do Brasil é tal que os outros países esperam muito que nós nos posicionemos antes de tomarem uma atitude, uma posição. Não existe mais essa hipótese de nós aguardarmos uma emergência de quadro parlamentar para tomarmos posições. Na verdade, eu creio que temos sido capazes de exercer essa liderança, como eu direi a seguir, imprimindo uma tônica muito individual, singularizada, brasileira, aos grandes debates globais.

Outro dia, em uma palestra em Belo Horizonte, para um grupo de alunos de Direito Internacional, eu lembrava as palavras do ex-chanceler Araújo Castro durante a Guerra Fria, depois da negociação do Tratado de Não-Proliferação, ele



falava em congelamento de poder. Congelamento entre o bloco ocidental, capitalista, e o bloco associado à então União Soviética. Meio a título de exercício teórico, acadêmico, sugeri que hoje em dia há um momento de descongelamento de poder. O descongelamento não é parcial. Ainda existem lá elementos congelados. Nós vemos que os detentores do poder na configuração que emergiu depois da Segunda Guerra Mundial ainda são os atuais membros permanentes do Conselho de Segurança. Ainda não conseguimos plasmar um novo mecanismo mais representativo da distribuição de poder atual.

Mas em outras esferas, sim. O poder está descongelando e permitindo que novos mecanismos, novas maneiras de trabalhar as relações internacionais surjam. Um bom exemplo disso foi o G-20, na OMC, aquele G-20 que surgiu em 2003 com relação às negociações sobre temas agrícolas. Em 2008, o próprio G-20 financeiro, que substituiu até certo ponto o G-7, embora o G-7 continue se reunindo, mas se reúne um pouco como um grupo de coordenação, um subgrupo dentro desse G-20, assim como os BRICS também se reúnem. Não obstante, existem novas possibilidades para os atores ditos emergentes participarem dos grandes processos decisórios internacionais.

Aqui, neste contexto, acho que países como Brasil, Índia, África do Sul, eventualmente alguns outros, eles aparecem com muita força. No caso Brasil e Índia, por exemplo, creio que se pode afirmar que é a primeira vez na história desses dois países que eles desenvolvem uma ação verdadeiramente global. Eu cito frequentemente o fato de que, há poucos anos, nós passamos a ter relações diplomáticas com todos os membros das Nações Unidas. São poucos países no mundo que estão nessa categoria. Na verdade, 12 ou 13 apenas. Aqui, nas Américas, nós somos o único. Olhando mais para o norte do continente, Canadá não tem relações com o Irã. Estados Unidos — como sabemos — não têm relações com Cuba e com a Coreia do Norte, e assim por diante. Alguns dos países em desenvolvimento menores, até por razões de limitação de sua presença internacional, não estabelecem relações.

Aqui nós temos com todos, e também uma rede de embaixadas, a presença governamental que hoje se situa entre as principais do mundo. Quase 140 embaixadas, a metade desse número mais ou menos em termos de consulados e



outras missões junto a organismos internacionais. Não é uma rede pequena. Pelo contrário; está entre as 10 ou 12 maiores do mundo e permite que desenvolvamos essa atuação verdadeiramente global. Eu diria até de uma forma nova e pela primeira vez na nossa história.

Ao mesmo tempo em que surgem esses atores emergentes, os BRICS são talvez a melhor expressão do que seriam, embora dentro do BRICS estejam presentes China e Rússia, que já são até certo ponto potências estabelecidas, porque fazem parte dos entendimentos pós Segunda Guerra Mundial, membros permanentes do Conselho de Segurança. O que nós vemos também é uma certa erosão do poder daquelas que poderíamos chamar de potências estabelecidas, ou seja, os grandes países desenvolvidos, os Estados Unidos, a União Europeia, na sua capacidade de atuação internacional. Isso não só em função de índices mensuráveis. Digamos que a relação do PIB desses países com o PIB dos BRICS, que está diminuindo, os BRICS avançando, ou outros fatores demográficos. Por exemplo, também há uma pressão demográfica maior do mundo em desenvolvimento e uma diminuição do crescimento demográfico e do centro desenvolvido.

Mas eu acho também em função de eventos importantes da última década, como a própria intervenção militar no Iraque, que já cumpriria 10 anos este ano... Outro dia, no Rio de Janeiro, nós celebramos a memória de um ilustre brasileiro, Sérgio Vieira de Mello, que foi Alto Comissário para Direitos Humanos das Nações Unidas, chefe da ação humanitária do Secretariado da ONU, que morreu num atentado terrorista em Bagdá, pouco depois da intervenção militar no Iraque. Nós lembrávamos que esta foi uma intervenção de efeitos muito perversos para a estabilidade da região, de qualquer ângulo que se analise. Aliás, isso podemos dizer de uma maneira livre, porque o próprio presidente Obama, atual Presidente dos Estados Unidos, considera que foi um equívoco e se elegeu, em 2008, até certo ponto, por ter se distanciado das teses e das análises e estratégias que haviam inspirado aquela intervenção.

Eu creio que isso solapa até certo ponto a influência e a credibilidade da ação internacional, quando uma intervenção militar desse porte tem efeitos tão negativos, do ponto de vista da estabilidade regional e do ponto de vista humanitário também,



com o aumento considerável do número de refugiados, deslocados internos, mortos civis, mais de cem mil mortos civis no Iraque.

Eu lembrava também a crise financeira de 2008/2009, que lançou dúvida sobre a sabedoria da direção do próprio capitalismo por aquelas potências que deveriam ter melhor conhecimento de como dar o exemplo de boa gestão, desencadeando inclusive repercussões em escala global, que nós ainda estamos vivendo hoje — o episódio da crise do euro sendo a mais recente manifestação dessa crise — e afetando hoje a economia internacional como um todo.

Eu creio que é possível argumentar, mas também nós aqui permanentemente estamos fazendo autocríticas e procurando lacunas e áreas em que precisamos atuar melhor, mas é possível argumentar que o Brasil se antecipou a algumas dessas tendências. Em primeiro lugar, esse descongelamento do poder, essa erosão do poder das potências estabelecidas nos levou a aumentar muito a interlocução com o mundo em desenvolvimento, isso que eu mencionei, a abertura de novas embaixadas, mas também poderia mencionar novas coalisões, coalisões voltadas para a paz, neste caso, e para a cooperação econômica, comercial, política, como foi o Grupo IBAS, que reúne as três grandes democracias do mundo em desenvolvimento — Brasil, Índia e África do Sul —, como foram as Cúpulas que associaram a América do Sul, em processo de aprofundamento de integração a outros continentes como a África, como uma região, neste caso, que é o Oriente Médio, o mundo árabe. E essas duas Cúpulas nós chamamos de ASA, no caso, América do Sul-África, e ASPA, no caso de América do Sul-Países Árabes, têm se revelado fatores de aproximação em torno de agendas essencialmente pacíficas, voltadas para cooperação, e que abrem oportunidades também de comércios, negócios e investimentos recíprocos, etc.

Ao mesmo tempo em que aumentamos essa presença no Sul, que essas novas colisões foram criadas, eu creio que é possível argumentar de forma muito convincente que não descuidamos das relações, como as chamadas potências estabelecidas. Isso aí se verifica tanto no relacionamento com os Estados Unidos... Eu voltarei à questão da espionagem, que, como declarei outro dia perante a imprensa, de certa maneira, projeta uma sombra sobre o nosso relacionamento, sobretudo se ela não for equacionada de maneira satisfatória. Nós estamos



trabalhando para que o seja, mas, por outro lado, reconhecemos que a agenda se ampliou, que os negócios persistem. Até mesmo o convite à Presidenta Dilma Rousseff para que visite os Estados Unidos em outubro deste ano — no meu conhecimento, segundo as autoridades norte-americanas, a única visita de Estado que o Governo norte-americano acolherá em 2013 — é um indício da existência de uma relação crescentemente madura e que, nós queremos, seja o mais mutuamente benéfica possível — hoje em dia, também, com muita ênfase no campo da ciência e tecnologia, os Estados Unidos sendo, por exemplo, o país número 1 recipiendário de alunos no Ciência Sem Fronteiras.

E o mesmo eu poderia dizer sobre a União Europeia, região à qual estamos associados não só por vínculos bilaterais, com os países membros, individualmente, mas também hoje com o parceiro estratégico da União Europeia em seu conjunto. A reunião de Cúpula anual da parceria estratégica tem sido um canal muito valioso, interessante, de aproximação no número grande de áreas. Hoje temos uma relação muito intensa com o agrupamento de forma geral, e estamos negociando, como V.Exa. lembrou, o Acordo Birregional MERCOSUL-União Europeia, até mesmo com alguns desenvolvimentos recentes importantes aos quais eu voltarei, em particular a definição de uma oferta melhorada para prosseguirmos a negociação até o fim do ano com os europeus. O mesmo eu poderia dizer sobre o Japão, sobre o Canadá: eu recebi recentemente o Chanceler do Canadá, no Rio de Janeiro, a segunda visita que ele realiza ao Brasil. Estamos também examinando formas de aproximação comercial, além de outras maneiras de cooperarmos.

Mas eu não queria deixar de dar uma ênfase muito grande aqui, até como um certo ponto de partida nas ações mais específicas que nós desenvolvemos, à questão da integração regional, que envolve também aqui, neste caso, uma atenção diferenciada a cada um dos nossos vizinhos — e eu chamaria de vizinhos todos os países sul-americanos, inclusive Equador e Chile, com os quais não temos fronteiras, mas com os quais temos relações muito intensas — e também, no âmbito de mecanismos, já alguns que amadurecem, o MERCOSUL, cumprindo 20 anos de realizações e se fortalecendo agora com o ingresso da Venezuela, o regresso do Paraguai, a assinatura do Protocolo de Adesão da Bolívia, a Guiana e Suriname se tornando membros associados, ou seja, acho que a força e a vitalidade do



MERCOSUL se refletem muito nesse interesse no número crescente de países vizinhos em a ele se associar, participar mais diretamente, e, além da espera puramente comercial e econômica, é um exercício de integração que hoje em dia beneficia a sociedade dos países de maneira mais ampla, com efeitos muito palpáveis e tangíveis, até mesmo em questões como facilidade de residência nos países vizinhos.

Existe também toda uma vertente que envolve a sociedade civil, a rede de agricultura familiar do MERCOSUL, por exemplo, que reúne governo, sociedade civil e agricultores num processo permanente de trocas de experiências e de aperfeiçoamento de suas práticas.

Este é um tema que eu acho que merece às vezes alguns esclarecimentos porque há uma tendência de depreciar, de não valorizar adequadamente tudo que o MERCOSUL representou para os países que dele fazem parte, com o crescimento do comércio muito acima da média mundial e com essas características de aproximação econômica, social entre a sociedade civil e os setores privados, etc., sem esquecermos também de um dos aspectos do MERCOSUL que tem beneficiado muito os países de economia mais vulnerável aqui na vizinhança, que é o Fundo de Convergência Estratégica do MERCOSUL, FOCEM, que tem uma carteira de projetos, mais de 40 projetos, ultrapassando um bilhão de dólares, e com grande parte desses recursos sendo canalizados para os países menores — Paraguai e Uruguai, em particular. Eu lembro aqui que, apesar da suspensão do Paraguai dos órgãos deliberativos do MERCOSUL, durante 13 meses, não houve interrupção alguma das relações comerciais e econômicas — pelo contrário, o Paraguai aumentou em 38% as suas exportações para o Brasil durante o ano de 2012, acho que esse é um dado muito eloquente, e continua aumentando: a taxa é superior a 20% sobre as exportações em 2013 — e prosseguimos com o projeto financiado pelo FOCEM, do MERCOSUL, para a criação, por exemplo, de um dos muitos projetos — mas um que é especialmente estruturante para o Paraguai — que é a inauguração da linha de transmissão Itaipu-Villa Hayes, uma cidade perto de Assunção, e que ajudará a resolver a questão do fornecimento de energia elétrica para a grande Assunção e toda essa região do Paraguai.



Vemos a Venezuela já exercendo a Presidência do MERCOSUL, implementando os compromissos que ela assumiu, em termos de desagregação tarifária, a incorporação normativa do MERCOSUL, da participação dos exercícios negociadores com terceiros países. Temos dado uma nova ênfase à vertente empresarial do MERCOSUL — isso foi uma ideia, uma iniciativa brasileira durante a presidência brasileira *pro tempore* do MERCOSUL, em 2012. Por incrível que pareça, havia um evento paralelo empresarial durante essas Cúpulas do MERCOSUL, mas agora já estamos na segunda instância desse tipo de encontro e considero que, como ele tem sido bem sucedido, continuará a ocorrer daqui para frente.

Queria lembrar também aqui, no contexto da integração regional, a importância que vem sendo assumida pela UNASUL. A UNASUL é ainda bastante jovem; o estatuto entrou em força em 2011. Agora a presidência *pro tempore* deverá passar do Peru para o Suriname, numa Cúpula que se reunirá em 30 de agosto, na capital do Suriname, Paramaribo. Vamos designar o novo secretário-geral e a própria UNASUL ampliará sua área de atuação. Ela tem uma origem nos esforços de integração física sul-americanos, ainda desenvolvidos pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, subsequentemente recuperados no início do Governo Lula, quando foi criada a comunidade de países sul-americanos, na época chamada CASA, e depois transformada na UNASUL, mas indo além da cooperação em infraestrutura, em comércio, em investimento. E lembro aqui que existe uma rede de acordos entre o MERCOSUL e cada país sul-americano que fará com que, até o fim desta década, em 2019, estará vigente, entrará em vigor uma verdadeira zona de livre comércio da América do Sul, com mais de 90%, cerca de 100% de todo o comércio entre os sul-americanos, sendo livre entre os países.

Mas eu queria comentar também a atuação da UNASUL em novas áreas como o monitoramento eleitoral, essa é uma esfera importante, interessante. As missões de acompanhamento eleitoral da UNASUL têm ajudado a criar um carimbo de legitimidade para os exercícios eleitorais regionais, independentes de outras manifestações que venham do mundo desenvolvido, da União Europeia, enfim, da Organização dos Estados Americanos, e que eu acho que é muito apropriado no momento, inclusive, em que a América do Sul vive o seu vigor democrático — todos



os países são democráticos. Até mesmo as últimas situações de tensão interna envolvendo luta armada, como a questão colombiana, estão em processo de equacionamento, com o diálogo pela negociação. Eu mantenho frequentemente contato com a minha colega colombiana, a Chanceler Maria Holguín, para ser informado sobre o andamento desse processo, e a expectativa é de que, até o final deste ano, esteja significativamente avançado esse diálogo FARC e governo colombiano em inúmeras áreas.

Aliás, faço um parêntese também para mencionar que o Brasil, embora não diretamente envolvido como os facilitadores — os principais facilitadores são Venezuela e Chile, mas Cuba também, exercendo um papel estratégico, eu diria, porque as negociações se desenvolvem em Havana, com o apoio também da Noruega —, é chamado vez por outra a prestar alguma assessoria, como foi feito agora, recentemente, em relação ao capítulo agrícola. Há muito interesse pelo Governo colombiano em conhecer melhor as nossas políticas públicas na área do desenvolvimento rural, da produção de alimentos para consumo nas próprias localidades onde são reproduzidos, através de programas como a merenda escolar e outros. E eu creio que esse é um tipo de participação muito concreta e valorizada e que nos associa a um processo que hoje conta com o apoio integral, decidido, de todos os países sul-americanos.

Mas, como eu dizia, no momento em que a América do Sul se destaca por ser a região do mundo em desenvolvimento que consegue conciliar de maneira crescentemente eficaz democracia, crescimento econômico, justiça social, consciência ambiental, boas práticas ambientais, é natural que a UNASUL amplie sua agenda e, sobretudo, em áreas mais diretamente associadas à promoção da democracia, como são essas áreas de acompanhamento eleitoral. Eu lembro também que uma missão da UNASUL compareceu às eleições no Paraguai, agora em abril último. Esse foi um elemento, um ingrediente importante no processo no restabelecimento de confiança entre o Paraguai, o MERCOSUL e a UNASUL, digamos, os países vizinhos daqui. E eu até mesmo vejo com satisfação — o senhor mesmo me mostrou hoje uma notícia — o fato de que o Paraguai já participará da próxima sessão, da próxima reunião do Conselho Eleitoral Sul-Americano da UNASUL, já sob a administração do Presidente Horacio Cartes, como os senhores



sabem, onde esteve presente a Presidenta Dilma Rousseff agora há poucos dias, juntamente com vários outros líderes aqui da região.

E mencionar também a novidade que representa a CELAC, que é a Cúpula América Latina-Caribe. Ela tem sua origem numa proposta que o Presidente Lula fez ainda durante seu segundo mandato. Reuniu na Costa do Sauípe, na Bahia, todos os líderes latino-americanos e caribenhos. Era a primeira vez na história que se organizava uma reunião de cúpula entre esses países, embora esses países se organizem de forma sistemática, regular e habitual, por exemplo, no Sistema das Nações Unidas, em função do GRULAC, como eles são chamados, os GRULAC, da ONU em Genebra, ou em Nova Iorque ou até em Viena, em Nairóbi, sempre se coordenando sobre candidaturas e vários outros assuntos, mas nunca se tinham reunido em âmbito de chefes de Estado. Como consequência desse encontro, o México sediou uma cúpula inspirada nos mesmos ideais, na Costa Maya, em Cancun, dando origem a essa institucionalização em torno da CELAC, que se transformou numa instituição, num mecanismo multilateral, plurilateral regional na Cúpula de Caracas, em fins de 2010. A CELAC agora, também, não deixa de ser um fato significativo, passou a ser presidida por Cuba, e a próxima reunião de Cúpula da CELAC terá lugar em Havana, em janeiro do ano que vem. É interessante esse dado em si mesmo porque até menos de 10 anos atrás havia vários países da região que não tinham relações diplomáticas com Cuba. Esse já não é mais o caso, e a presidência cubana da CELAC representa uma normalização do relacionamento latino-americano e caribenho com as autoridades em Havana, em torno de uma agenda que é da cooperação, em assuntos que vão desde educação, comércio, infraestrutura e também como um foro para onde convergem os demais exercícios sub-regionais de integração. E aqui eu acho que há se reconhecer que a América do Sul foi um pouco mais lenta do que outras sub-regiões da nossa parte do mundo, porque já a CARICOM, por exemplo, se organiza há mais tempo como região, o sistema centro-americano igualmente, mas hoje já a UNASUL já representando um bloco muito significativo e que se pronuncia sobre inúmeras questões e às vezes se reunindo a partir de convocações feitas com pouca antecedência, o que é algo interessante. Os senhores se recordarão que logo depois da eleição do presidente Maduro, na Venezuela, houve uma reunião da UNASUL, em Lima, para examinar a



situação que se criava na Venezuela. Agora, mais recentemente, o mesmo ocorreu em Cochabamba, em função do episódio envolvendo o avião do Presidente boliviano, Evo Morales, que não obteve autorização de sobrevoo e pouso de alguns países europeus, como os senhores se recordarão.

Haveria muito que falar, aqui o tempo é escasso, sobre a relação individual, singularizada com cada um dos países sul-americanos, e eu responderei com satisfação a qualquer pergunta que surja, mas eu queria também lembrar, como V.Exa. mencionou aqui especificamente, o papel do Brasil em missões de paz das Nações Unidas, o nosso compromisso de longo prazo com a estabilização do Haiti, que agora já entra numa fase em que se pode antever uma redução gradual da presença de tropas das Nações Unidas naquele país, na verdade, não existe mais, nunca existiu, a rigor, um conflito interno no Haiti, o que, sim, houve foi uma instabilidade, fruto da vulnerabilidade econômica, social e institucional do país, e que se manifestava regulamente através de uma espécie de colapso da governança, e isso propiciou essa presença, autorizada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, é sempre bom lembrar, e voltada para a estabilização.

Esteve recentemente no Brasil o Primeiro-Ministro do Haiti, Lamothe, com quem eu já tenho um relacionamento que antecede a sua atual elevação ao cargo de Primeiro-Ministro, na medida em que ele era o Chanceler do Haiti no início do Governo Martelly, e continuamos monitorando de perto a situação daquele país para que os próprios haitianos possam assumir em breve, dentro de um prazo relativamente breve, a responsabilidade pela segurança no país, pela estabilidade no país, e que a atuação da comunidade internacional seja, sobretudo, no sentido de oferecer apoio aos esforços de desenvolvimento econômico-social e de fortalecimento institucional naquele país.

Eu mencionei que o nosso esforço de estabelecimento de relações verdadeiramente universais passa por uma ênfase grande no que se convencionou chamar sul-sul, com a África, com o Oriente Médio, com a Ásia, mas eu também fiz questão de lembrar, porque eu acho que é real essa característica do momento atual da política externa brasileira, o fato de que isso não ocorre em detrimento da atenção atribuída com o norte ou com os países mais desenvolvidos, continuaremos trabalhando nesse espírito. Outro dia uma jornalista paraguaia até me perguntava:



“Ah, o Presidente Cartes, em seu discurso de posse, falou muito da importância das relações bilaterais. O senhor acha que isso quer dizer que ele vai dar menos importância ao resto?” Não, ele falou que ia dar importância às bilaterais, mas também falou no sub-regional, no regional e no multilateral. Na verdade, a minha resposta é que uma política externa, sobretudo num País com alcance global como o Brasil tem que usar todos os instrumentos da orquestra, às vezes individualmente, às vezes em grupos de câmara, mas também às vezes numa orquestra sinfônica, em grandes debates, como ocorre, por exemplo, no sistema das Nações Unidas.

Eu queria comentar a intensificação das visitas ao Brasil e das visitas da Presidenta Dilma ao exterior durante o período recente, alguns episódios importantes como, por exemplo, na questão do relacionamento do Brasil com a África, a participação da Presidenta tanto na Cúpula América do Sul-África em Malabo, em maio deste ano, como, pouco depois, na celebração do Cinquentenário da União Africana, em Adis Abeba, na Etiópia. Este ano, eu já recebi dez chanceleres africanos, é um número grande. Brasília se caracteriza hoje como a capital latino-americana do Caribe com o maior número de Embaixadas africanas, é uma plataforma, na verdade, de interlocução com a África, com países individualmente, mas também com o seu conjunto.

Creio que essa agenda de aproximação com a África revela não só o compromisso com o continente, ao qual nós somos ligados por laços que definem mesmo a nossa identidade como nação — o Brasil é inconcebível sem essa identidade africana. Hoje em dia, mais da metade da população brasileira, na verdade, reconhece sua afrodescendência, e a outra metade eu acho que também a aceita como um ingrediente fundamental daquilo que nós representamos no mundo.

Mas, para muito além disso, é necessário ver a África não como um continente de pobreza, problemas e crises políticas e de segurança, mas sobretudo como um continente que acorda, dentro de um esforço de democratização, de boas práticas, com áreas e nichos de desenvolvimento muito significativos, e um continente sobre o qual nós precisamos aprender mais. Há ainda um desconhecimento muito grande no Brasil sobre as especificidades dos africanos, das regiões africanas, dos problemas, das oportunidades também, do potencial africano. E eu lembro que, segundo o FMI, entre as 10 economias que mais crescerão nos



próximos 5 anos estão pelo menos 5 países africanos; frequentemente, a partir de uma base relativamente baixa, mas isso aí eu acho que revela e reflete um dinamismo muito grande.

Além dessas visitas a Adis Abeba e a Malabo, às quais me referi, a Presidenta também fez uma visita bilateral à Nigéria, que é o país mais populoso da África e com o qual nós estabelecemos agora um mecanismo de interlocução bilateral, num contexto de Vice-Presidentes, destinado a examinar o conjunto do relacionamento. É o nosso parceiro número 1 em termos de comércio, e um parceiro com características bem especiais, porque somos altamente deficitários no comércio com a Nigéria. A Nigéria é um país também onde a renda *per capita* está crescendo, um país que consome grande quantidade de produtos alimentares, por exemplo, enfim, há um potencial grande de intensificação do nosso intercâmbio comercial.

A Presidenta também participou da Cúpula do BRICS em Durban, na África do Sul, onde houve um debate organizado pelo Presidente Zuma, com lideranças africanas, durante toda a sessão da tarde daquela Cúpula, e foi mais uma oportunidade de estabelecer um contato aprofundado, diferenciado com parceiros africanos, individual e coletivamente, por grupos.

Uma área do mundo que continua despertando grande preocupação, além de também viver hoje um momento de esperança, potencial, de avanços em termos de governança e oportunidades econômicas e sociais, é o Oriente Médio, *lato sensu*, com o noticiário nos últimos dias muito carregado de situações de violência, de repressão brutal no Egito, como nós vimos recentemente — o Itamaraty tem se manifestado através de comunicados de imprensa e, também, com a convocação do Embaixador egípcio e contatos no Cairo —, e agora, mais recentemente, a situação na Síria, que já se caracteriza por um padrão de violência, de destruição que se tornou alvo de grande preocupação internacional. Ao mesmo tempo, a comunidade internacional não consegue se organizar, de forma eficaz, para dar um basta e contribuir para um equacionamento diplomático, político, pela via do diálogo e da paz, embora persistam esses esforços, que contam com todo o apoio do Governo brasileiro.

Eu mesmo tenho mantido contato muito frequente com o emissário das Nações Unidas Lakhdar Brahimi, um grande personagem, ex-Chanceler da Argélia,



homem de grande sabedoria e conhecimento da região, da Síria em particular, agora do alto dos seus 80 anos, mas que frequentemente confessa a sua frustração, em função de dificuldades na reconciliação de agendas de grandes potências, eu diria, de alguns atores que estão interferindo na questão síria.

Essas alegações de uso de armas químicas que surgiram agora, nos últimos dias, extremamente preocupantes, foram objeto de um debate ontem no Conselho de Segurança. A Presidenta do Conselho de Segurança, Embaixadora da Argentina, Maria Perceval, foi autorizada a fazer uma declaração em favor de uma investigação independente dessas alegações. Talvez seja ainda precipitado concluir se foi um lado ou outro que recorreu a essas armas. A verdade é que, seja como for, a confirmação do uso de armas químicas traz uma nova dimensão, ainda mais preocupante e grave, a um conflito que já se caracteriza por uma brutalidade que nos preocupa enormemente. E existe uma missão da ONU investigando alegações anteriores, que poderá, esperamos que seja autorizada, proceder a uma investigação sobre essas últimas alegações, segundo as quais até mesmo mulheres e crianças teriam falecido em função dessa utilização de armas químicas.

Eu acho que é sempre importante lembrar o desafio que representa para a comunidade internacional o conflito Israel-Palestina, conflito que aguarda resolução há décadas, em que, na verdade, creio que a passividade da comunidade internacional não é aceitável. Nós mesmos temos sido críticos frequentes da inoperância do mecanismo que, em tese, deveria estar contribuindo para favorecer o processo de paz, que é o chamado Quarteto, envolvendo o Secretário-Geral da ONU, a União Europeia, os Estados Unidos e a Federação da Rússia, que mal produz relatórios, e mal se reporta ao Conselho de Segurança, como deveria. E agora, no entanto, surgiu uma nova expectativa de avanços em função de um esforço meritório — eu tive ocasião de transmitir isso ao Secretário de Estado John Kerry, pessoalmente, e também o fiz no Conselho de Segurança, há algumas semanas — de trazer os dois lados à mesa de negociação, palestinos e israelenses.

Nós apoiamos muito esse esforço, e também consideramos que uma faceta importante, um aspecto significativo desse esforço que acaba de ser retomado foi o fato de ter sido restabelecido um calendário de 9 meses para que surjam progressos, e até mesmo um acordo, em torno de território, refugiados, *status* de



Jerusalém, segurança de Israel, que nós não minimizamos, e sempre levanto como um elemento de qualquer acordo.

Eu estive na região em outubro do ano passado. Tive ocasião de me reunir com autoridades israelenses, na verdade, com praticamente todo o Governo — Presidente, Primeiro-Ministro, Chanceler, vários outros Ministros de Estado —, e também com a sociedade civil. Eu sublinho esses encontros com a sociedade civil, porque eles me pareceram particularmente importantes, interessantes e significativos, na medida em que pude conhecer algumas iniciativas, ainda pouco divulgadas pela imprensa, ou internacionalmente, de grupos, por exemplo, grupos de pais e familiares que perderam seus parentes em atentados terroristas, mas que, em vez de defenderem agendas de retaliação ou de vingança, se associam a grupos na Palestina que também dispõem do mesmo tipo de agenda, também querem a paz, também querem a reconciliação.

Nós queremos muito fortalecer esse tipo de atuação, e é com esse espírito que o Itamaraty promoveu, no ano passado, um seminário que eu chamei de Lado a Lado — isso antes de eu saber que havia uma novela com o mesmo nome —, reunindo representantes da diáspora judaica, da diáspora árabe, mais particularmente a palestina, mas também de outras procedências no Brasil, em torno de uma plataforma de paz, de fortalecimento dessas vozes, desses indivíduos, dessas organizações não governamentais, evidentemente também daqueles no Governo que se voltam para a paz, a partir da nossa experiência no Brasil de convívio pacífico, de diálogo e de cooperação entre comunidades de diferentes etnias e confissões religiosas.

Esse evento, essa iniciativa teve uma repercussão tão positiva que vamos fazer uma segunda edição agora em outubro, em São Paulo, desta vez com um interesse muito maior, um número maior de participantes, até porque há muita gente pedindo que seja convidada e possa dar o seu depoimento. Queremos que isso se traduza também em iniciativas que aproximem aqueles que na sociedade brasileira se interessam pela paz no Oriente Médio, não são poucas pessoas, que aproximem essas pessoas, essas instituições, esses empresários — eu acho que é um papel importante a ser exercido aqui pelo setor empresarial, até mesmo no apoio a um futuro, esperamos que em breve, Estado palestino independente —, enfim, que



aproximem todos esses atores da sociedade palestina, da sociedade israelense em uma corrente voltada para a estabilidade e para a paz.

Existem exemplos de evolução positiva também no mundo árabe em função desse processo que tem sido chamado de Primavera Árabe. Acho que um exemplo a ser citado aqui talvez seja o Marrocos, país com o qual também desenvolvemos uma relação bastante próxima. Agora vai ser inaugurada uma linha direta entre Casablanca e São Paulo, pela Royal Air Maroc. Já houve esse contato direto entre Marrocos e o Brasil no passado, e damos as boas-vindas a esse novo contato direto. Aliás, a conectividade aérea do Brasil com a África tem aumentado, também foi inaugurado um voo direto entre São Paulo e a Etiópia, eu acho que pouca gente sabe disso no Brasil. Três vezes por semana, quem quiser sair de São Paulo e voar no mesmo avião até Adis Abeba, com uma escala no Togo, em Lomé, poderá fazê-lo. Aliás, essa escala no Togo também é muito oportuna, porque ela facilita a conectividade do Brasil com toda a África ocidental, da qual estamos afastados por 6, 7 horas de voo direto, mas para onde aquele que quiser viajar às vezes leva 20 horas, passando pela Europa ou por outros territórios mais distantes. Isso além dos voos diretos que já temos para Angola, África do Sul, e que queremos intensificar. Também está em discussão um voo entre Recife e Lagos, na Nigéria, que será especialmente curto, entre 4 e 5 horas de duração, facilitando os contatos entre brasileiros e africanos.

Eu comentava a situação do Marrocos e outras no Oriente Médio, e não queria deixar de mencionar também que, por instrução da Presidenta Dilma, compareci à posse do novo Presidente do Irã, numa visita que para mim foi muito interessante pelos contatos que pude manter, com autoridades que deixaram sua posição no Governo anterior, como é o caso do Chanceler Salehi, mas que agora terá uma posição no Governo entrante também, possivelmente como um dos diretores da agência nuclear Iraniana, ele mesmo sendo físico nuclear, e também alguns contatos breves com o novo Chanceler e até mesmo a possibilidade de cumprimentar o novo Presidente Rohani.

Nesses contatos, a tônica principal foi a de um desejo iraniano de, além de reforçar diálogos e relações comerciais com o Brasil, aliás, o Irã sendo um importador de 2 bilhões de dólares em produtos brasileiros, também buscar uma



ponde, uma aproximação, uma via de difusão de tensões com o chamado Ocidente, a Europa e os Estados Unidos, em particular. Essa foi uma tônica insistente nas manifestações que eu ouvi, que também trouxeram uma opinião positiva do discurso de posse do novo Presidente Rohani, que enfatizou muito a importância do progresso social no Irã, em termos até surpreendentes para aqueles que acompanham o noticiário tradicional internacional, falando da importância de se melhorar o estatuto da mulher na sociedade iraniana. E me foi recordado nesse contexto que — é até surpreendente a cifra — mais de 60% dos estudantes das universidades iranianas são mulheres hoje em dia, embora se reconheça que essa presença nos estabelecimentos acadêmicos não se traduz necessariamente numa presença tão significativa, ou importante, no mercado de trabalho, em que a presença feminina é bem menor. De qualquer maneira, é um sinal que eu acho que pode servir de exemplo para várias outras sociedades no mundo árabe, sendo o estatuto da mulher, creio, também um dos aspectos importantes que nós favorecemos neste momento de despertar do mundo árabe para o processo de progresso institucional, político e econômico, em todas as esferas.

Não queria deixar de falar, ainda que brevemente, das nossas relações com a Ásia. Na Ásia, temos o nosso principal parceiro comercial hoje em dia, que é a China, agora sob novo comando, desde que assumiu o poder o Presidente Xi Jinping e o Primeiro-Ministro Li Keqiang. A Presidenta Dilma Rousseff foi uma das primeiras líderes mundiais a manter um encontro bilateral com o novo dirigente chinês, o que ocorreu à margem da reunião do BRICS em Durban, na África do Sul, alguns meses atrás, e terá a oportunidade de se encontrar novamente agora na reunião do G-20, em São Petersburgo, em princípios de setembro.

Eu sei que vários dos senhores aqui estiveram recentemente em Pequim e puderam estar com o nosso Embaixador Valdemar Carneiro Leão. A partir da visita do Primeiro-Ministro anterior, Wen Jiabao, durante a Rio+20 foi assinado um plano de aproximação estratégica decenal, para os próximos 10 anos, que envolve iniciativas em ciência e tecnologia, em investimentos, em cooperação e agricultura, enfim, um número de áreas, e que fornece uma espécie de pauta-plataforma para o relacionamento com esse que é o novo mais estratégico parceiro do Brasil na área



comercial e econômica, mas a respeito do qual aqui também ainda há um desconhecimento grande.

O Itamaraty tem feito um esforço concentrado de formar uma nova geração de diplomatas com maior conhecimento da realidade multipolar contemporânea, eu diria assim, em primeiro lugar, mas isso exige, de maneira muito diferenciada, um conhecimento maior da China, do idioma mandarim, das características da sociedade, da economia, da institucionalidade chinesa, e esperamos estar avançando de maneira relevante nessa frente. Eu lembro aqui que o pai do Deputado Hugo Napoleão, o saudoso Embaixador Aluísio Napoleão, foi o nosso primeiro Embaixador na China, mas o contraste entre a situação no relacionamento Brasil-China naquele período e hoje acho que o surpreenderia muito se ele tivesse a oportunidade de viajar até Pequim e descobrir uma nova realidade.

Há outros atores importantes individualmente na Ásia, como não pode deixar de ser o Japão. Eu estou recebendo, dentro de poucos dias, o Chanceler japonês no Governo do Primeiro-Ministro Shinzo Abe. A própria Presidenta da República já manifestou interesse em realizar uma visita oficial ao Japão. Eu estive em Tóquio logo depois da tragédia que foi aquele terremoto em Fukushima, pude prestar solidariedade. O Japão agora retomando o crescimento econômico, manifestando um novo interesse na cooperação com o Brasil, creio que pode ser um momento muito produtivo para o relacionamento bilateral.

Á Índia também é um parceiro estratégico do Brasil, é parte de algumas dessas coalizões de que participamos, como o IBAS, a que me referi, e também outro grupo — se o Deputado Alfredo Sirkis estivesse aqui, sem dúvida demonstraria interesse —, que é o BASIC, em que se coordenam negociações que têm a ver com mudança do clima, desenvolvimento sustentável. O BASIC é o BRICS sem a Rússia no fundo: Brasil, África do Sul, Índia e China. Além disso, também um parceiro privilegiado do MERCOSUL, que tem um acordo de preferências comerciais com a Índia, e um comércio que tem crescido de maneira muito relevante, já começando a se aproximar dos US\$ 10 bilhões. Os contatos políticos são frequentes: em outubro eu recebo o Chanceler da Índia aqui no Brasil; e a própria Presidenta também fez uma visita oficial a Nova Délhi, no contexto da Cúpula do BRICS, organizada pela Índia no ano passado.



Há uma outra região da Ásia que revela dinamismo, progresso econômico, uma inserção muito competitiva no mercado internacional, que é a ASEAN, constituída pela Indonésia e mais dez países da Ásia do sudoeste, como Tailândia, Malásia. Enfim, alguns desses países são parceiros até mais importantes para o Brasil, no plano do comércio, do que vizinhos imediatos nossos aqui. Nós temos mais comércio com a Tailândia do que com a Colômbia, por exemplo.

E agora, espero que até aproveitando para recuperar um pouco um tempo, digamos assim, de interesse relativo menor com relação a essa região, nós nos tornamos parceiros privilegiados da ASEAN, assinando um tratado de amizade e de cooperação. Essa é a primeira etapa para desenvolvermos uma atuação mais próxima, uma parceria estratégica com esse grupo de países que se caracteriza também por um progresso no plano institucional. Eu lembro aqui que a antiga Birmânia, hoje conhecida como Myanmar, realiza progressos importantes no plano da democratização. É um país onde temos uma Embaixada e com o qual também gostaríamos de desenvolver uma atuação inovadora, porque a agenda ainda está, na verdade, começando a ser construída.

Haveria um número grande de temas a assinalar no âmbito daquilo que é tratado no sistema das Nações Unidas. Como eu comentei na minha introdução, o Brasil hoje é um participante, na verdade, incontornável para a formação de consensos sobre quaisquer dos grandes temas de alcance global, seja o desenvolvimento sustentável, por exemplo, em que exercemos uma liderança reconhecida como muito construtiva, no contexto da Rio+20. Agora, há toda uma agenda de seguimento à Rio+20 que está sendo desenvolvida em Nova Iorque. Aliás, deslocamos para Nova Iorque, como nosso representante permanente, o Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, que foi o principal negociador do documento *O Futuro que Queremos* — documento que emanou da Rio+20. E agora está muito empenhado em garantir que as promessas e as expectativas daquele documento se traduzam em realidade, através de iniciativas como: objetivos de desenvolvimento sustentável; identificação de fontes de financiamento para projetos voltados para o desenvolvimento sustentável; também transformações na governança do desenvolvimento sustentável e do meio ambiente, com a criação de um foro de alto nível, no âmbito das Nações Unidas, entre outras iniciativas.



Entre outros assuntos em que desenvolvemos uma atuação de crescente relevância, eu comentaria os direitos humanos. O Brasil foi reeleito, para um mandato de 3 anos, para o Conselho de Direitos Humanos. Eu participei, juntamente com a Ministra Maria do Rosário, de sessões do Conselho em Genebra. E, nesse contexto, creio que a palavra do Brasil é levada muito em consideração, até mesmo como um país que, não obstante as suas carências, as suas ainda insuficiências em relação à situação carcerária, à violência urbana, se abre em primeiro lugar ao escrutínio internacional. Nós estamos entre os poucos que outorgaram uma espécie de carta-branca a todos os Relatores de Direitos Humanos das Nações Unidas, para que visitem o Brasil, examinem a situação localmente, formulem as suas recomendações, isso desde a área de discriminação racial até situação carcerária, até os direitos da mulher. Enfim, isso aí nos dá muita autoridade, mas também como um país que defende um tratamento, como nós costumamos dizer, não politizado, não seletivo das diferentes situações ao redor do mundo. Creio que, em matéria de direitos humanos, não há país que possa se situar acima do bem e do mal. Em todos os lugares, progressos precisam ser feitos.

Agora, até mesmo, surge um novo tema que vai nos mobilizar, que é a questão da proteção da privacidade dos indivíduos, em face dessas alegações de espionagem em larga escala. Eu já estou estabelecendo algumas parcerias muito interessantes para debater esse assunto, como o Chanceler da Suécia, Carl Bildt, com quem tenho uma relação de amizade e que representa um país com o qual — eu sei que o senhor vai visitar a Suécia em breve — nós já desenvolvíamos, no âmbito do Conselho de Direitos Humanos, uma ação voltada para a liberdade na Internet. De modo que acho que vai se coordenar isso bem.

Também quero insistir muito na importância de uma figura que foi introduzida na agenda do Conselho de Direitos Humanos, que é a Revisão Periódica Universal, ou seja, um processo por intermédio do qual todos os membros da comunidade internacional têm o seu desempenho, a sua *performance*, em matéria de direitos humanos, examinada de forma coletiva, em âmbito multilateral, em que recomendações são formuladas, progressos são reconhecidos, eventuais retrocessos também são denunciados. E creio que fortalecem esse tipo de multilateralismo da cooperação, eu até às vezes também falo da multipolaridade da



cooperação, seria o tipo de mundo que nós gostaríamos de ver emergir, em um cenário em que frequentemente o que assistimos é justamente o contrário, à denúncia que é provocada por interesses políticos ou agendas específicas e que às vezes aponta abusos de direitos humanos num país, mas ignora num país vizinho, onde as práticas são radicalmente iguais ou até mais graves.

Esse tipo de procedimento nos parece inadequado e consideramos que a revisão periódica universal é uma dessas características do sistema que precisam ser valorizadas, até mesmo também para desautorizar algo que nós criticamos, que são os pronunciamentos individuais de determinados países sobre a situação de direitos humanos no resto do mundo, as chamadas avaliações, análises unilaterais e pronunciamentos unilaterais sobre os direitos humanos.

Como não poderia deixar de ser, as questões de paz e segurança internacional, que são tratadas em diferentes âmbitos regionais, mas sobretudo no Conselho de Segurança das Nações Unidas de forma global, no sistema multilateral, têm estado muito presente no radar da diplomacia brasileira.

Eu, às vezes, costumo dizer que ainda não nos transformamos em membros permanentes do Conselho de Segurança, mas isso não impede que acompanhemos permanentemente tudo o que acontece no Conselho de Segurança, de maneira muito ativa, muito participativa. Não há debate aberto, no Conselho de Segurança, aos demais membros que não os 15, apenas os membros eleitos e permanentes, do qual não participemos e frequentemente com análises, posições, sugestões que são levadas em conta.

A última dessas instâncias foi há poucas semanas, em Nova Iorque, sob a presidência argentina, da Presidenta Cristina Kirchner, em que um número grande de chanceleres da América do Sul aceitou ao convite para participar de debate sobre a articulação da promoção da paz entre o regional e sub-regional e o sistema multilateral da ONU. E, nesse contexto, aproveitamos também para divulgar a decisão dos chefes de Estado e de governo do MERCOSUL, adotada poucos dias antes, sobre a questão da espionagem que viola a soberania dos Estados e compromete o respeito a direitos humanos, decisão essa que tinha sido, no dia anterior, transmitida ao Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, e num encontro que foi liderado pelo Chanceler da Venezuela, como Presidente *pro tempore* do



MERCOSUL, e que propiciou uma conversa, creio, por todos considerada produtiva entre os representantes do MERCOSUL e o Secretário-Geral da ONU.

Referiu-se V.Exa. também à eleição de brasileiros para organismos internacionais. Eu acho que esse é um desenvolvimento extremamente relevante para a nossa diplomacia, reflete, por um lado, aquilo a que eu me referi no início dos meus comentários, ou seja, todas as conquistas no plano doméstico do Brasil, na área da segurança alimentar, por exemplo, dando ao Prof. Graziano muita credibilidade e respeito no plano internacional, no plano da economia, dos direitos humanos, do meio ambiente, etc.

Creio também que — e aqui é um ponto que vale a pena ser ressaltado, porque tem a ver com a capacidade de antecipação a que eu me referi igualmente, ou seja, também reflete essa ampliação da atuação diplomática brasileira, com a criação de novas Embaixadas, num número grande de países em desenvolvimento, em particular, mas também em países surgidos da fragmentação da ex-Iugoslávia, da ex-União Soviética —, sem essa rede de Embaixadas, sem essa presença internacional, sem essa diplomacia universal muito ativa, posso lhes assegurar que teria sido virtualmente impossível garantir a eleição de personalidades brasileiras para esses cargos tão relevantes, como foram o de Diretor-Geral da FAO e da OMC, além de vários outros. Não vou fazer muita propaganda aqui da nossa capacidade de eleger brasileiros, mas vou lembrar, em todo caso, alguns outros: o Robério Silva foi eleito para a Organização Internacional do Café, sediada em Londres, aliás, uma organização que vai cumprir 50 anos, com uma celebração — o Deputado Eduardo Azeredo está fazendo assim, porque vai ser em Belo Horizonte — no mês que vem; e o Prof. Paulo Vannuchi, para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Faço aqui também um breve parêntese para lembrar que nós temos adotado, por um lado, uma postura crítica em relação ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos, em função de algumas arbitrariedades ou, digamos assim, superficialidades na consideração de certos temas relacionados ao Brasil. Mas, por outro lado, não ficamos apenas na crítica e na denúncia: o que nós decidimos fazer foi promover uma reforma por dentro no Sistema da OEA, propondo que se inserisse, na agenda da OEA, a reforma do Sistema na Assembleia Geral de El Salvador de 2010. Essa proposta já levou a algumas reformas concretas. E agora,



com a eleição do Paulo Vannuchi para a Comissão, creio que damos mais uma demonstração de que queremos trabalhar por dentro do sistema, para o seu aprimoramento.

Lembro também a eleição de Roberto Caldas para a Corte Interamericana de Direitos Humanos, sediada em San José, que faz parte do mesmo Sistema. Enfim, há um número de brasileiros também assumindo responsabilidades em outros órgãos multilaterais, como a Comissão da Biodiversidade, por exemplo, da UNAIDS, que é a agência da ONU que combate a AIDS e também especialista em proteção do direito das crianças, prevenção de tortura entre várias outras situações.

Lembro que, dentro de poucos meses, organizaremos, aqui em Brasília, uma reunião internacional em parceria com a Organização Internacional do Trabalho, sobre combate ao trabalho infantil. Vai ser outra área em que teremos capacidade de reunir a comunidade internacional em torno de uma agenda progressista de combate a um fenômeno que é universal — aqui no Brasil, temos realizado progresso, mas persistem também alguns desafios.

Esta conferência será presidida pela Ministra Tereza Campello, em parceria com o Ministro do Trabalho e com o próprio Ministro das Relações Exteriores. Nós do Itamaraty estando muito comprometidos com a sua realização.

Há alguns outros temas suscitados por V.Exa. durante a sua intervenção introdutória que eu não queria deixar de mencionar, ainda que superficialmente, pelo menos. Onde está a nova Rodada de Doha, por exemplo? Agora, com a eleição de Roberto Azevedo para a posição de Diretor-Geral da OMC — ele assume em 9 de setembro —, creio que a expectativa geral é de que parta da liderança da própria organização um estímulo adicional para que, na Conferência de Bali, que deverá se realizar em dezembro deste ano, a Conferência dos Estados Partes da OMC, seja possível realizar alguns progressos e, como se fala na OMC, uma certa colheita antecipada em áreas como a facilitação de comércio, que é uma área de maior interesse do mundo desenvolvido, e também áreas de interesse do mundo em desenvolvimento, como agricultura, no tratamento dado aos países de menor desenvolvimento relativo, entre outras.

Como o próprio Roberto Azevedo costuma dizer, é preciso dar curso a um debate realista, pragmático, mas que fortaleça o sistema multilateral de comércio



sobre o que fazer com a Rodada de Doha. Registro isto porque, ao mesmo tempo em que a Rodada de Doha enfrenta hoje uma paralisação e não são observados avanços, existe, além da paralisação, uma ameaça talvez mais grave, que seria a de renegociar o mandato da Rodada, que foi concebida como uma rodada voltada para o desenvolvimento — muitos chamam de “Rodada de Desenvolvimento de Doha”. O que isso significa? Significa abordar, de forma prioritária, aquelas áreas onde a normativa internacional ainda não se desenvolve da maneira equitativa possível, em particular, na área do comércio de produtos agrícolas, onde, como nós sabemos, persistem os subsídios que distorcem o comércio internacional, muitas vezes penalizando o produtor mais eficiente e competitivo do mundo em desenvolvimento, o que é uma perversão total do sistema.

Caso não seja possível abordar de maneira frontal essa situação, creio que a justificativa para uma rodada de negociação ficará comprometida. Não há espaço para que se renegocie o mandato em termos que não reconheçam essa prioridade, como foi estabelecido em Doha, lá atrás, no ano de 2011.

Falei um pouco do MERCOSUL, do MERCOSUL em União Europeia, do Conselho de Segurança, do Roberto Azevedo, do Prof. Graziano.

V.Exa. referiu-se à África, à questão do perdão da dívida. O perdão da dívida é um tema que se desenvolve aqui, em parceria — mas com um papel de liderança crucial do Ministério da Fazenda, sem dúvida —, e que é desenvolvido com base em procedimentos acordados internacionalmente. Não é uma iniciativa unilateral, sem parâmetro internacional, e visa beneficiar, em primeiro lugar, as sociedades africanas carentes, que precisam de cooperação econômica e comercial, para as quais se abrem novas perspectivas de investimentos e de apoio ao comércio, a partir desse perdão da dívida.

A imprensa brasileira até cometeu um ou outro equívoco, falando de perdão da dívida de certos países com os quais nós não tínhamos dívida, de modo que estamos dispostos a dar os esclarecimentos necessários sobre essa questão também.

Foi mencionada aqui a questão da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Há poucos dias, já faz pouco mais de 1 mês, eu compareci à reunião ministerial anual da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em Maputo, em



Moçambique. Além dos temas que formam parte dessa agenda, que é a divulgação e a valorização da Língua Portuguesa — aliás, lembro que este ano, em outubro, haverá, em Lisboa, mais uma conferência sobre a Língua Portuguesa —, nós também nos debruçamos sobre projetos de cooperação entre países da Comunidade e, também, de uma forma bastante singularizada, sobre a situação em Guiné-Bissau, onde houve ruptura da ordem democrática e que, em função da interrupção do processo eleitoral no ano passado, ela foi suspensa da União Africana. Hoje existe um governo interino, mas que se abre a um diálogo com a oposição, e com um ministério mais inclusivo. Nós estamos favorecendo muito e apoiando a realização de eleições dentro do mais breve prazo — a data marcada foi 24 de novembro próximo.

Eu me reuni, em várias ocasiões nos últimos meses, mas, agora mais recentemente, no Rio de Janeiro, na segunda-feira, com o representante especial do Secretário-Geral da ONU, Ramos-Horta, ex-Presidente do Timor-Leste e Prêmio Nobel da Paz, que é o representante do Ban Ki-moon na Guiné-Bissau. Devo dizer que ele está fazendo um trabalho admirável, porque é incansável na busca da interlocução entre diferentes atores do panorama, que não deixa de ser um micropanorama, mas que é um panorama muito complexo, da política interna em Guiné-Bissau, contribuindo para criar um ambiente de conciliação nacional, o que é indispensável para a retomada do apoio da comunidade internacional aos urgentes esforços de desenvolvimento econômico e social no país. É um país extremamente pobre, mas que, apesar dos índices de pobreza, tem um potencial grande: terra; recursos hídricos; possibilidades em agricultura, mineração e, até mesmo turismo; um arquipélago que é um dos mais bonitos da África Ocidental, o Arquipélago dos Bijagós. E nós gostaríamos de ver este país retornando à plena vigência da democracia, para voltar a contribuir não só no âmbito da Comunidade de Língua Portuguesa, mas da União Africana e das Nações Unidas, e beneficiar-se dessa cooperação internacional.

Os BRICS têm sido um foro relativamente flexível de cooperação. Não existe um estatuto que determine, digamos assim, a regularidade dos encontros ou os procedimentos para o diálogo no interior desse grupo, que é fruto de uma análise de um economista norte-americano, antes de mais nada, mas que tem se revelado



muito útil sobretudo na coordenação em torno de temas econômicos e financeiros, hoje já com uma agenda mais ampla, que também começa a incorrer em questões políticas. Os chanceleres dos BRICS reúnem-se anualmente, à margem da Assembleia Geral da ONU, por exemplo, mas a ênfase ainda é no econômico e financeiro.

Agora, na reunião do G-20 em São Petersburgo, a Presidenta Dilma participará de um encontro de Chefes de Estado dos BRICS, como um bloco de coordenação, que tem se revelado eficaz, por exemplo, na questão da reforma das cotas no FMI e Banco Mundial, já evoluindo numa direção mais representativa da distribuição de poder econômico mundial do que tem sido, mas ainda com algumas rigidezes, incongruências e distorções que precisam ser superadas. É uma coordenação também “intra-BRICS”, como nós costumamos dizer, que poderá levar à constituição de um banco dos BRICS dentro de um prazo relativamente curto — já está em andamento todo um processo negociador — e também à criação de um arranjo de contingência, ao qual os membros dos BRICS poderão ter acesso diante de crises financeiras, prescindindo de outros recursos no sistema multilateral.

O Brasil deverá sediar a próxima cúpula dos BRICS em março ou abril do ano que vem. A data ainda não foi estabelecida, mas, sim, a localidade: deverá ser em Fortaleza, no Ceará. Esperamos que seja uma ocasião para justamente termos alguns resultados concretos nessa frente do banco dos BRICS e do acordo de contingência.

Finalmente, passo a abordar de, uma maneira um pouco mais específica e detalhada, a questão da espionagem e da detenção do cidadão brasileiro David Miranda. Eu creio que as manifestações públicas do Itamaraty e da Presidenta falam por si mesmas. A Presidenta, na questão da espionagem, teve um contato telefônico particular com o Vice-Presidente Biden, dos Estados Unidos, que havia visitado o Brasil, poucos meses antes, não só manifestando o protesto governamental, mas também refletindo um verdadeiro consenso político aqui, que eu identifico no Congresso Nacional, e uma indignação da opinião pública e da sociedade brasileira em relação a essas práticas.

Essas práticas, na verdade, comportam pelo menos dois aspectos do ponto de vista que eu represento aqui, da política externa, que são os aspectos associados



à violação da soberania. Não resta dúvida de que o combate ao terrorismo é uma atividade legítima da comunidade internacional. Existem inúmeras instâncias nas Nações Unidas ou mecanismos sub-regionais que se dedicam a isso, e não se está colocando em questão a importância desse item. Mas, sim, é colocado em questão o fato de se recorrer a práticas atentatórias às boas relações entre os Estados, que, no fundo, acabam sendo contraproducentes, porque, em vez de criarem um ambiente de boa vontade e de disposição à cooperação no combate ao terrorismo, podem, na pior das hipóteses... E foi neste sentido que eu comentei, até usando a imagem de uma possível sombra que se projetaria sobre o relacionamento bilateral, na medida em que não sejam dissipadas essas dúvidas, essas questões que nos preocupam. Ou seja, se a cooperação no combate ao terrorismo é buscada, ela deve ser feita com respeito às leis nacionais do país em questão e dentro de entendimentos que não surjam à tona de forma surpreendente, por denúncias da imprensa.

Creio que essa mensagem foi muito bem compreendida pelas autoridades norte-americanas. Canais técnicos e políticos específicos para lidar com essa questão foram abertos. O tema, por sua própria natureza, reveste-se de alguma necessidade de reserva, então, não é o caso de eu aqui também entrar em detalhes sobre o que está ocorrendo. Mas a expectativa é de que possamos avançar, sim, com os Estados Unidos, no tratamento de uma questão que, aliás, diga-se de passagem, desperta, nos próprios Estados Unidos, um debate muito acirrado hoje em dia, no que se refere ao comportamento das agências de monitoramento governamentais, no tocante, sobretudo, aos cidadãos norte-americanos. Isso ficou visível num recente debate, no Congresso norte-americano, justamente sobre a limitação ou não dessas práticas, havendo uma moção favorável à limitação sido derrotada por uma margem muito pequena de votos.

Como os senhores sabem — e eu me referi hoje —, o MERCOSUL adotou uma decisão. Este é um fato inusitado: o MERCOSUL não costuma adotar decisões que envolvam pedidos de gestão junto ao Secretário-Geral da ONU ou pedido de introdução de um tema no Conselho de Segurança das Nações Unidas, mas foi exatamente isto que aconteceu.



Essas instruções já foram cumpridas com muita celeridade e, creio, de maneira eloquente e correta, e encontraram eco naqueles âmbitos. É óbvio que é apenas um primeiro passo. O Brasil já indicou que estará desenvolvendo uma variedade de iniciativas no âmbito multilateral; já estamos nos coordenando com alguns países; e alguns países até estão tomando iniciativas próprias que, creio, vão na mesma direção daquilo que nos move.

Eu falava da questão da soberania interestatal, mas também existe todo um conjunto de temas relacionados a direitos civis e políticos, a direitos individuais, a liberdades individuais e ao direito à privacidade, em particular, que é reconhecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos, que é reconhecido também no Pacto das Nações Unidas sobre Direitos Civis e Políticos.

E eu me referi aqui à proposta alemã, de negociação de um protocolo adicional a esse pacto sobre direitos civis e políticos, para lidar justamente com situações de violação de privacidade associadas às novas tecnologias da comunicação. Creio que é uma iniciativa oportuna, que se coaduna muito com aquilo que nós gostaríamos de realizar em âmbito multilateral.

Eu já, em diferentes situações, pude especificar um pouquinho, no âmbito da Assembleia Geral, o que pode ser feito. Existe um debate sobre o segmento na Cúpula Mundial da Sociedade da Informação; existe, na UNESCO, um debate sobre ética na informática, que também que vamos acionar; existe, no Conselho dos Direitos Humanos, este debate a que me referi, sobre os direitos individuais; existe também a proposta da Suécia, de organizar um debate sobre a Internet e a liberdade individual.

Outra manifestação, no fundo, sobre o mesmo problema foi o assédio de que foi vítima o cidadão brasileiro David Miranda nesse último domingo, no Aeroporto de Heathrow. Assim que tomamos conhecimento da situação, a Embaixada e o Consulado em Londres foram acionados, e um funcionário do Consulado em Londres ficou permanentemente no aeroporto, tentando entrar em contato com o David Miranda, sem sucesso. Foram feitas repetidas gestões junto à chancelaria inglesa e até mesmo ao escritório do Primeiro Ministro, David Cameron, mas não obtivemos reação satisfatória.



O nosso compatriota foi solto depois do limite de tempo oferecido pelo contexto da legislação ao qual ele foi enquadrado, que era de 9 horas, o que, em si mesmo, já é um fato inusitado, porque a grande maioria das pessoas que são detidas com base nessa legislação é liberada com menos de 1 hora.

Segundo o próprio cidadão David Miranda não foram dirigidas a ele perguntas sobre terrorismo, o que não deixa de ser surpreendente, porque a legislação versa sobre terrorismo. Eu, no dia seguinte, conversei com o Chanceler William Hague, para lhe transmitir o nosso protesto, a nossa percepção de que esse tipo de assédio é injustificado e contraproducente, uma vez mais, com relação ao combate ao terrorismo. Do que precisamos aqui? Precisamos de confiança, de transparência, de mecanismos e métodos de trabalho que fortaleçam a cooperação internacional, e não que solapem essa cooperação.

A frase que usei na época também é que não subestimassem o compromisso do Governo brasileiro com a defesa de direitos civis e liberdades individuais. Eu creio que esta é uma mensagem que foi recebida em toda a sua seriedade. Esperamos que o material que foi apreendido seja devolvido em breve e estamos em contato com o próprio David Miranda, para acompanhar outras iniciativas que ele decida tomar individualmente e assegurar o pleno exercício de seus direitos.

Basicamente, eu acho que eram estes os temas levantados. Com muita disposição, poderei responder a algum comentário ou observação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Pellegrino) - Muito obrigado, Sr. Ministro.

Quero registrar que estão presentes ou passaram por esta reunião os seguintes Deputados da Comissão de Relações Exteriores: Alfredo Sirkis, Antonio Carlos Mendes Thame, Carlos Zarattini, Eduardo Azeredo, Gonzaga Patriota, Hugo Napoleão, Jair Bolsonaro, Jefferson Campos, Nelson Marquezelli, Perpétua Almeida, Walter Feldman, Benedita da Silva, Fábio Souto, Ivan Valente. Registro, da Comissão de Legislação Participativa, os Deputados Leonardo Monteiro e Sarney Filho; da Comissão de Ciência e Tecnologia, os Deputados Antonio Imbassahy, Sandro Alex e José Rocha; e, da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, os Deputados Edinho Bez, Paulo Feijó, Wolney Queiroz e Waldenor Pereira. Da



Comissão de Seguridade Social e Família, além de estar entre nós o seu Presidente, Dr. Rosinha, registro os Deputados Antonio Brito; Bruna Furlan; Chico das Verduras; Deputado Mandetta, autor do requerimento e que irá falar em breve; Nilza Gondim, Rogério Carvalho; Jefferson Campos; Jô Moraes; e William Dib. A Deputada Carmen Zanotto, o Deputado Emanuel Fernandes também acabam de chegar.

Nós temos uma relação de inscritos aqui, mas, antes, pergunto ao Deputado Rosinha se S.Exa. gostaria de se manifestar. *(Pausa.)*

Também acabam de chegar os Deputados Dr. Grilo e Izalci.

O Deputado Mandetta será o primeiro a usar da palavra, por ser autor do requerimento. Depois vamos seguir a lista de inscritos. S.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Deputado Nelson Pellegrino; Sr. Presidente da minha Comissão de Seguridade Social e Família, Deputado Dr. Rosinha; caro Embaixador Antonio Patriota, nosso Ministro das Relações Exteriores, por quem temos muito apreço, em cuja amplitude da fala reconhecemos a amplitude da posição do Brasil no cenário internacional, o que muito nos orgulha.

O Brasil vem dando demonstrações repetidas de procurar zelar pelos seus acordos, procurar zelar pelos seus princípios. Escutei atentamente a fala de V.Exa., Sr. Ministro, quando citou as instituições democráticas da América do Sul. Não vou aqui entrar em detalhes sobre a situação específica do Paraguai e a nossa reação ao episódio ocorrido dentro do Parlamento paraguaio, em relação ao Presidente Lugo, à substituição e a esse período de exceção ao qual o Brasil submeteu o Paraguai, do qual discordo frontalmente.

Mas não posso deixar, como redigi na minha solicitação à Comissão de Seguridade Social e Família, de me reportar a um tema muito específico e não ficar na abrangência e na amplitude sob pena de me perder nos inúmeros comentários e posições feitas por V.Exa. Especificamente, o que me motivou foi todo o esforço do Governo brasileiro em trazer os médicos de Cuba para o Brasil.

À época, fiz a solicitação da presença de V.Exa. na Comissão de Seguridade Social, porque foi o primeiro Ministro deste Governo a colocar que estava fazendo tratativas com o Governo cubano para importação de 6 mil médicos cubanos, fato este amplamente noticiado pela imprensa.



À época, foi rapidamente dada uma versão pelo Ministro da Saúde de que os médicos seriam da Espanha e Portugal e que, portanto, estava descartada a vinda de médicos cubanos. Rapidamente, o Ministério das Relações Exteriores colocou-se numa posição de que havia sido mal compreendido e que este era um tema específico do Ministério da Saúde. Portanto, retirou-se desse tema.

Mais à frente, o Ministro da Saúde fez uma declaração de que não teria nenhum sentido trazer médicos que não tivessem exercício profissional reconhecido nos seus países de origem, como é o caso de todos esses médicos formados na Escola Latino-Americana de Medicina — ELAM.

Na semana passada, o Ministro da Saúde esteve nesta Casa, na Comissão de Seguridade Social, e novamente omitiu todas as informações: disse que estava trabalhando no sentido de trazer médicos especificamente por convênios, através de uma medida provisória e não por convênios.

Ontem, às 18 horas, o Ministro anunciou a assinatura de um convênio internacional com a Organização Pan-americana de Saúde, o que deve ter contado com a assessoria das Relações Exteriores, uma vez que é uma organização ligada à Organização das Nações Unidas ou à Organização Mundial de Saúde, se não me engano.

Neste contexto, eu gostaria de fazer uma pergunta muito específica ao Ministro. A Venezuela fez um acordo com Cuba, para 25 mil médicos, colocando um valor de 11 mil dólares por médico e fazendo uma troca, um escambo por energia. Na época da construção do convênio Brasil-Cuba, em que o Ministério das Relações Exteriores exteriorizou essa iniciativa, havia algum tipo de escambo, algum tipo de troca comercial entre vinda de médicos e investimentos, principalmente na Baía de Mariel, para reconstrução do porto de atracação em Havana?

Segundo ponto. Na Organização Internacional do Trabalho, o Brasil se compromete a não se utilizar de força de trabalho humano para a quitação de dívidas. Pagar um valor dentro de um convênio, para que o país retenha valores de trabalho, é compatível com o nosso código internacional de compromisso com os trabalhadores do mundo? Isto é possível do ponto de vista diplomático? Finalmente, é possível trazer pessoas para, com o trabalho, pagar países, e países reterem os seus vencimentos?



São perguntas, às vezes, muito específicas para uma abordagem tão ampla como é a abordagem da diplomacia brasileira frente ao mundo. Mas este Parlamentar, que já foi membro desta Comissão no seu primeiro ano, mas que encontrou, na Comissão de Seguridade Social, um campo de debate no âmbito da saúde pública — tema a que me dedico muito —, gostaria de entender isso sem entrar muito no âmbito técnico da saúde, dos vazios assistenciais do Brasil, da produção de médicos pelo Brasil, ou pelo mundo, mas especificamente das relações de trabalho e dessa tratativa de médicos como *commodities*, que é o que o Brasil vem tentando emplacar a partir de ontem, retomando a linha de raciocínio que V.Exa. já explicitava em fevereiro, acho que na *Folha de S.Paulo* ou no *Estadão*.

Basicamente seriam estas as questões, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Pellegrino) - Sr. Ministro, como este era um dos temas originalmente previstos no requerimento — que V.Exa. abordou de forma rápida — eu vou passar a palavra para V.Exa. responder. Depois, nós vamos seguir a lista, talvez, em bloco de cinco, para que V.Exa. possa responder.

Passo a palavra ao Ministro Antonio Patriota.

O SR. MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA - Bom, vamos à resposta. Em primeiro lugar, é verdade que eu falei isto num comentário com a imprensa, anunciando que haveria a possibilidade da vinda de médicos cubanos e médicos de outras procedências também. Mas eu acho que nunca dissemos que fomos mal compreendidos. O que, sim, foi dito depois é que, digamos, o principal Ministério com responsabilidades sobre esse programa não seria o Itamaraty, seria o Ministério da Saúde.

Quando eu me reúno com um chanceler de outro país, nós conversamos sobre o conjunto da relação, então, podem ser abordados assuntos de saúde, de energia, de comércio, econômicos, de direitos humanos. Isso aí fará parte da nossa agenda bilateral, o que não impede que um Ministério com especialização no assunto seja o líder na condução de um programa ou de um projeto.

Neste caso, eu creio que o mais apropriado, na verdade, seria dirigir as perguntas mais específicas ao Ministro da Saúde, se bem que essas duas perguntas são relativamente simples de responder. Para a primeira, a resposta é simplesmente “não”: não existe escambo nem jamais passou pela cabeça de qualquer membro do



Governo a ideia de escambo, por um acesso a investimentos em Cuba. São iniciativas que obedecem a lógicas inteiramente distintas.

A questão da atração de médicos para o Programa Mais Médicos para o Brasil tem a ver com uma carência de médicos em algumas regiões do Brasil. Aliás, é uma prática a qual muitos países recorrem. Eu creio que a Presidenta Dilma, há poucos dias, falava da ausência de preconceito sobre médicos estrangeiros em outros países. S.Exa. falou da Austrália, do Canadá, dos Estados Unidos, da Inglaterra. Nos Estados Unidos, cerca de 20 a 30% dos médicos que trabalham não são para o sistema de saúde público. Mas no caso da Inglaterra, sim, existe um sistema público de saúde. De modo que é algo aceito internacionalmente como um elemento dentro das estratégias de saúde. Compete a cada país desenvolver a sua.

Eu creio que o fato de a atração dos médicos cubanos ter sido operacionalizada por intermédio de um termo de cooperação com a Organização Pan-Americana de Saúde — como V.Exa. bem assinalou, a OPAS faz parte do sistema ONU, ou seja, é uma organização mais antiga do que a Organização Mundial de Saúde, mas ela se reporta à Organização Mundial de Saúde — garante que nós estejamos procedendo dentro das melhores práticas internacionais. Se houver qualquer dúvida, do ponto de vista da coerência dessas ações com algum aspecto de legislação trabalhista internacional, tenho certeza de que a OPAS será a primeira a velar para que isso seja corrigido.

Essa decisão foi tomada em função de considerações que têm a ver com o fornecimento dos melhores serviços possíveis de assistência de saúde à população brasileira. Não há motivação ideológica de qualquer tipo o fato de serem médicos cubanos. Existem muitos médicos cubanos que estão dispostos a fazerem esse tipo de trabalho. Talvez não existam muitos médicos austríacos dispostos a trabalharem no interior do Brasil, nas condições que nós estamos oferecendo. E os médicos cubanos que estão sendo atraídos têm experiência em países em desenvolvimento. Muitos deles já trabalharam em países lusófonos da África. Os que estão chegando, em média, pela informação de que eu disponho... Eu não sou especialista na matéria. O Ministro Padilha poderá lhe dar outros elementos. Já tenho 16 anos, em média, de experiência.



A ideia é atrair o médico que esteja disposto a trabalhar nas condições oferecidas pelo programa brasileiro. Se forem de outros países, muito bem! Que venham da Espanha, de Portugal, da Austrália, de onde for! Não há um viés ideológico nisso, muito pelo contrário, há um viés humanitário de fornecimento de melhor serviço possível de saúde.

Embora eu tenha conhecimento de que o assunto está gerando uma certa controvérsia da sociedade brasileira e da própria classe médica no Brasil, tomei conhecimento de uma pesquisa que revelava que a maioria da população brasileira apoia esse tipo de iniciativa. Recentemente, li, no *O Globo*, se eu não me engano, um editorial favorecendo esse tipo de procedimento.

Enfim, são estes os esclarecimentos que eu teria a dar neste momento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Pellegrino) - Vamos passar agora à relação dos inscritos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, eu só gostaria de pedir para retirar a minha assinatura, porque a minha intervenção seria sobre essa mesma questão, mas já a considero respondida, mas não atendida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Pellegrino) - Vou passar a palavra, por 5 minutos, aos inscritos.

Concedo a palavra primeiro ao Deputado Eduardo Azeredo.

O SR. DEPUTADO EDUARDO AZEREDO - Ministro, primeiro, eu quero saudá-lo pela sua postura democrática de mais uma vez comparecer a esta Comissão, pelo seu trabalho representando o Brasil, pelo seu desafio como Embaixador do Brasil nos Estados Unidos. V.Exa. se saiu muito bem, naquele momento em que para lá foi encaminhado. Nós somos da Oposição, então cabe a nós soprar e morder, digamos assim.

Quanto à primeira questão dos trabalhadores estrangeiros não há nenhum preconceito sobre os trabalhadores estrangeiros. Aliás, quando fui Governador, eu trouxe uma dezena de médicos cubanos para auxiliar na implantação do Programa Saúde da Família, como consultores. Mas é muito diferente trazer 4 mil médicos sem



validação do diploma desses médicos e com um salário de 10 mil reais, o que equivale, com o dólar desvalorizado a 20%, a 4 mil dólares, hoje.

É sabido que, depois da conversão do peso cubano, os médicos cubanos recebem por volta de 30 dólares mensais em Cuba. Esse é um ponto, evidentemente. A crítica é especialmente pelo fato de não haver revalidação, não haver um teste para esses médicos. Este é um assunto mais ligado ao Ministério da Saúde.

Mas, em relação a vocês, queria só registrar um pouco a contradição, porque, no caso de engenheiros, por exemplo... Eu mesmo já tive que tentar interferir junto ao Ministério do Trabalho, porque engenheiros enfrentam uma burocracia incrível para trabalhar no Brasil. Há empresas que querem trazer técnicos especializados, mas não conseguem autorização no Brasil. Autorização para estrangeiros trabalharem no Brasil não é simples. Agora vão trazer 4 mil médicos de uma vez, sem validação do diploma! Este é o ponto principal que eu gostaria de acrescentar à posição do Deputado Mandetta.

Eu não vou falar mais hoje em crime cibernético, não, mas vou deixar claro só que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Pellegrino) - Acho até que V.Exa. deveria abordar, porque V.Exa. estava tão curioso sobre esse tema. O Ministro veio preparado.

O SR. DEPUTADO EDUARDO AZEREDO - Então, eu deixo a dica da consequência prática do protesto contra a espionagem. Quer dizer, nós todos nos colocamos juntos nesse protesto contra a espionagem. Eu diria que quase há a unanimidade do Congresso em apoiar o Governo nessa reação. Mas quais são as consequências práticas? Aí talvez se insira a questão dos acordos internacionais que o Brasil deverá assinar.

Eu vou acabar falando — são cinco questões, na verdade — sobre o MERCOSUL. O Paraguai vai voltar ao MERCOSUL? Esta é uma colocação. V.Exa. falou do FOCEM. O FOCEM tem quase 1 bilhão. É verdade. Agora, o Brasil contribui com 50% desse fundo do FOCEM e não usa isso. O Brasil deve ter usado — não sei o número — uns 10%. Então, estamos fazendo o papel de doador. Esse é um papel importante que os Estados Unidos fizeram no passado e quase o povo mata os



Estados Unidos. Neste Governo realmente existe uma onda antiamericana. Há de se lembrar disso sim, não da parte de V.Exa., mas existe uma questão um pouco nesse clima. Os Estados Unidos faziam a mesma coisa: davam dinheiro para um fundo, e o fundo depois repassava para países que tinham mais necessidade, como é o caso que o Brasil está fazendo com o FOCEM.

A pergunta é basicamente sobre a volta do Paraguai ao MERCOSUL e essa questão que o Brasil... Atualmente, nós temos na América do Sul três países que mais crescem: Chile, Colômbia e Peru. Coincidentemente, a política externa brasileira na América do Sul coloca esses três países em segundo plano. O primeiro plano nosso não é com os três países que mais crescem, é com a Bolívia, com a Venezuela, que são nossos companheiros agora na importação de médicos cubanos para cá e para o Equador.

A última, Ministro, é uma provocação mesmo: a questão das embaixadas. Nada tenho contra termos embaixadas em países africanos. São países com populações muito expressivas. Myanmar, que foi citado aqui também, tem 80 milhões de habitantes. Então, podemos ter um intercâmbio grande, como já temos com a Tailândia. Mas quanto às embaixadas em pequenas ilhas do Caribe, Ministro, até hoje eu não consigo justificativa.

Recentemente, eu fiz aqui um discurso pedindo para colocar nos Anais as matérias de um jornal de Minas Gerais, que em 4 dias publicou um levantamento criterioso sobre as embaixadas do Brasil em Santa Lúcia, em Antígua e Barbuda, em São Vicente e Granadinas. Qual é o resultado prático dessas embaixadas, Ministro?

É isso o que eu deixaria. Cumprimento V.Exa. pelas embaixadas africanas, pelas embaixadas asiáticas. Entendo a presença brasileira em outros países, mas essas pequenas embaixadas não se justificaram até hoje. V.Exa. tem alguma justificativa? São 160 brasileiros em seis pequenas embaixadas criadas no Caribe. É o total, somando essa Antígua e Barbuda. Esse é o dado que o jornal levantou no total: Santa Lúcia, São Cristóvão e Névis, Antígua e Barbuda, Grenada. Há mais duas aí. Eu lembro que, quando foram aprovadas as indicações dos embaixadores, a gente tinha que falar com os Senadores *“esse país fica no Caribe”*, porque as pessoas nem sabiam onde ficavam esses países.

Esta é a pergunta final que eu deixo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Pellegrino) - É sempre bom lembrar, Deputado Azeredo, que esses países todos votam na ONU. Um país desses vota com o mesmo peso que os Estados Unidos, nos termos da ONU.

Deputado Walter Feldman.

O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN - Srs. Presidentes, queria cumprimenta-los pela realização da audiência, cumprimentar o Sr. Ministro pelo painel planetário que conseguiu, até num curto espaço de tempo, apresentar a esta Comissão. Eu diria que é um momento mágico da Comissão de Relações Exteriores o contato com aquele que no dia a dia administra os problemas do Estado brasileiro em relação às outras nações.

Inicialmente, eu queria dizer a V.Exa. que tenho me dedicado um pouco nesta Comissão a tratar do tema relacionado com o terrorismo. Apresentamos um projeto de lei que trata desse assunto. Uma comissão especial tem tratado do tema. Nós e o Deputado Nelson Pellegrino, juntamente conosco, assinamos um requerimento para realização de um seminário internacional. Imagino que V.Exa. já tenha sido convidado. Nós vamos realizá-lo no dia 19 de setembro — gostaríamos que fosse no dia 11 de setembro, que é um dia simbólico na questão do terrorismo, mas não foi possível —, com a participação de vários Ministros, vários especialistas nacionais e internacionais para dar uma contribuição técnica e, infelizmente, a experiência já acumulada no mundo, em relação a isso, para que o Brasil possa caminhar no sentido de uma legislação específica sobre o tema. Nós não temos qualquer eventual ato terrorista no Brasil, e espero que não aconteça nunca, mas nós não temos instrumentos legais para preveni-lo ou para tratá-lo, se eventualmente isso acontecer.

O Brasil, na minha avaliação, tem sido um pouco tímido nessa questão há muito tempo. Neste Governo, vemos manifestações, eu diria, de áreas técnicas, tanto do Ministério da Defesa, como do Ministério das Relações Exteriores, tanto do Ministério da Justiça, que também tem se manifestado, mas parece que são manifestações ainda da área técnica, que não tiveram um tratamento adequado por parte do Governo, seja dos Ministros, seja da Presidenta Dilma, para que possamos, antes dos grandes eventos — o primeiro já aconteceu, com a vinda do Papa —, corresponder àquilo que é o desejo da ONU, manifestado nos protocolos, nas



convenções, em tudo que o Brasil já assinou mas que ainda não se consolidou em relação a uma legislação própria.

Eu aproveito essas considerações, Sr. Ministro, para lhe perguntar sobre a questão do terrorismo, que me preocupa, do ponto de vista de uma análise mais global. E eu quero só comentá-la, para saber até que ponto a nossa relação especial com setores do mundo árabe dificulta essa decisão. Eu só vou dar dois exemplos.

Na sua ida ao Irã, V.Exa. fez um comentário elogioso sobre o Presidente do Irã, no seu discurso. Mas, na nossa avaliação, quanto ao conflito específico árabe e judaico, o Presidente do Irã faz manifestações muito semelhantes àquelas feitas pelo ex-Presidente Ahmadinejad, muito conflituosa, muito beligerante, sobre a existência do Estado de Israel, sobre o papel que o atual Presidente teve no enriquecimento de urânio. Na verdade, foi ele quem iniciou o processo de enriquecimento do urânio. E nós sabemos, na conclusão do Ministério Público da Argentina, do eventual envolvimento do Irã no atentado terrorista havido contra comunidades judaicas de Israel.

Por outro lado, V.Exa. coloca, na minha avaliação, de maneira muito positiva, o avanço na retomada das negociações de paz entre Israel e Palestina, com o que concordamos, a eventual consolidação do Estado palestino. Mas a primeira demanda do Primeiro Ministro Benjamin Netanyahu é os países árabes reconhecerem a existência do Estado de Israel, o que não aconteceu, e parece ser uma cláusula, até agora, pétrea no avanço dessas negociações, bilateralmente.

Então, queria só colocar essas duas questões sobre as manifestações do mundo árabe, muitas vezes manifestações, eu sei, bastante positivas no avanço das relações do Brasil, seja com o Irã, seja com outros países árabes. Eu sei da boa relação com o Estado de Israel. Mas eu queria saber até que ponto essas questões complexas nas relações internacionais têm dificultado uma decisão, eu diria, corajosa, necessária, para nós termos uma legislação específica sobre o terrorismo em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Pellegrino) - Com a palavra a Deputada Perpétua Almeida.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Ministro, é sempre bom tê-lo na nossa Comissão.



É claro que, no ano passado, quando presidi esta Comissão, tentei ajustar sua agenda para que V.Exa. fosse ao Acre, até porque era o Centenário da Morte do Barão do Rio Branco, patrono da minha cidade, da Capital Rio Branco. É óbvio que também tínhamos a intenção de homenagear a família da Milena Medeiros, diplomata que morreu em decorrência de complicações da malária adquirida durante missão na África.

Abordo também o problema dos haitianos, o que, para nós, ainda é uma situação muito mal resolvida. Para um Estado tão pequeno, é complicado ter constantemente, na fronteira, 500, 700 estrangeiros numa situação de muita necessidade.

Falando em haitianos, tenho recebido várias informações de que funcionários haitianos, na Embaixada brasileira, de forma clandestina, óbvio, estariam cobrando pedágio para regularizar a situação de haitianos que viessem ao Brasil.

Se realmente é fato que isso acontece, eu peço ao Ministro que apure tal denúncia, porque, com certeza absoluta, não há consentimento da nossa Embaixada, nem do nosso Embaixador, nem de ninguém. Isso dificulta mais ainda a entrada legal, autorizada pelo Brasil, e aumenta cada vez mais a entrada de haitianos de forma clandestina pelo Acre. Portanto, eu gostaria que fosse apurada essa situação, para vermos até onde, de certa forma, isso pode estar aumentando a chegada, de forma clandestina, desses estrangeiros no Estado do Acre.

Outra situação é a questão dos médicos cubanos, e vou pegar por um outro viés. Este debate acerca da vinda de médicos cubanos para o Brasil, para mim, é cansativo, porque pega um viés de ideologia que não cabe mais no mundo de hoje. Mas eu vejo por outro eixo. Quando você considera a vinda de médicos estrangeiros para o Brasil, pela Medida Provisória Mais Médicos, nós deixamos de fora quase todo o MERCOSUL, com exceção, salvo engano, da Argentina e do Uruguai. Os outros países estão fora dessa possibilidade.

Nós sabemos que existe uma quantidade gigantesca de brasileiros estudando na Bolívia, perto de 20 mil estudantes. E a postura do Governo, quando manda a Medida Provisória Mais Médicos para cá, quando aborda os países, tenta passar a ideia de que está avaliando o país e não o profissional formado. Dessa forma, a maioria dos países do MERCOSUL ficou de fora.



Então, eu acho que isso não combina com o nosso discurso de unidade, do Brasil como referência para o polo da América do Sul. Penso que a gente precisa resolver esse problema. O que eu tenho escutado, inclusive de vários embaixadores de outros países do MERCOSUL e de brasileiros que estudam nesses países, é que o Brasil, de certa forma, querendo ou não, agiu de forma discriminatória com os demais países do MERCOSUL.

Eu, particularmente, apresentei uma emenda a essa medida provisória, chamando a atenção para a questão de vizinhança. É mais fácil nós nos relacionarmos com o país vizinho do que irmos atrás de países que estão longe de nós. Levando isso em consideração, a gente precisa corrigir essa falha na Medida Provisória Mais Médicos.

Quanto ao outro assunto relacionado com mais duas situações, Ministro, eu vi pela imprensa — inclusive houve declarações de V.Exa. — que houve um encontro de V.Exa. com o Secretário de Estado americano para combinar a ida da Presidenta Dilma. É óbvio que deve estar havendo tratativas nesse sentido. É possível V.Exa. adiantar um pouco essa conversa? Como será essa visita? Quais os temas importantes que o Brasil considera que precisa focar? É possível adiantar o que está sendo tratado e conversado sobre a ida da Presidenta Dilma?

Outro assunto envolvendo os Estados Unidos é que a gente também viu que uma equipe técnica foi àquele país tratar desse episódio recente sobre a espionagem. Nós não tivemos notícias sobre essas pessoas com as quais a equipe se encontrou, o que ficou acertado. Nós queremos informações sobre essa equipe técnica que foi aos Estados Unidos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Pellegrino) - Com a palavra a próxima oradora, Deputada Benedita da Silva, nossa pérola negra.

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero cumprimentar o Embaixador Antônio Patriota, que, democraticamente, tem vindo a esta Casa sempre que solicitado. S.Exa. nos traz um retrato geral das nossas relações, relações essas que, creio, cada vez mais têm melhorado — cultural, comercial, política, econômica.



Acredito que o Governo brasileiro tem feito um esforço para tornar o Brasil, um país que tem seu futebol, que tem seu carnaval, um país que tem também empresários, um país que tem médicos, um país que tem pesquisas, um país que tem *expertises*, num país que pode, evidentemente, em suas relações, intercambiar.

Por isso, eu penso que as embaixadas abrem um novo horizonte para este País. Quando se trata principalmente de África, eu não posso deixar de lembrar que, por décadas e décadas, o Brasil não teve um parceiro comercial, prioritário, com países africanos. Hoje o Embaixador Patriota coloca que temos a Nigéria como nossa principal parceira entre os países africanos.

Isso é uma coisa muito séria, porque este é o país da diáspora, este é o país em que nós, nas relações culturais, sabemos conviver, desde que não tenhamos que dar tanta visibilidade ou mesmo fazer com que essa africanidade brasileira se coloque como um potencial. Então, são importantes os passos que o Governo vem dando.

Por isso, eu quero fazer algumas perguntas — não quero ser repetitiva —, primeiro sobre a questão desse encontro com o chanceler africano. O que nós podemos extrair desse encontro? O que realmente foi conversado, acordado nessa relação Brasil-África?

Outro ponto é uma questão que me preocupa e também os países africanos. Quero crer que o Embaixador Patriota saiba perfeitamente disso, e não ouvi aqui a questão ser colocada. Eu me refiro ao transporte aéreo. Nós temos que dar a volta ao mundo para chegar aos países africanos. É preciso que o Brasil, na sua relação comercial, aponte formas de facilitar o transporte aéreo para a África.

Eu tenho o exemplo do Senegal. Nós poderíamos, partindo de Recife, chegar àquele país muito mais rapidamente, sem ter que dar essa volta ao mundo. Veja o exemplo da Costa do Marfim. Sofremos demais para chegar à Costa do Marfim, pois temos que passar por vários outros países. Então, eu gostaria de colocar essa questão.

Por último, quanto à questão do MERCOSUL, penso que esse assunto poderia ser abordado com o Ministro Mercadante, quando vier a esta Casa, mas como estamos falando também do MERCOSUL, gostaria de saber se nós temos algum acordo em andamento para a UNIMERCOSUL.



Eu coloco isso porque, como nós ainda não conhecemos toda a situação dos brasileiros que estudam fora e nem a dos estrangeiros que estudam no Brasil, e como nós estamos fortalecendo cada vez mais essa união no MERCOSUL, eu acho que ter essa universidade seria extremamente importante e evitaríamos inclusive...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Mas nós poderíamos ter muito mais, já que o Brasil está buscando dar expansão a isso.

O Brasil também está mandando bolsistas estudarem no exterior. Por isso, eu disse que talvez fosse mais pertinente fazer essa pergunta ao Ministro Mercadante. Eu queria entender a questão do diploma de estrangeiros no Brasil e do diploma de brasileiros que estudaram no exterior. Como é dado esse tratamento a eles? Faço uma certa confusão na medida em que não entendo: nós incentivamos que brasileiros estudem fora, o Governo oferece bolsas, mas qual será o tratamento dado a essas pessoas quando voltarem ao País? Haverá ou não o reconhecimento desses profissionais? E aí estou falando do profissional em si.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Pellegrino) - Obrigado, Deputada Benedita.

Com a palavra o último orador deste bloco, Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Ministro Patriota, nobres pares, é muito vasta a temática tratada pelo Ministro Patriota. Eu não teria condições de abordá-la na sua totalidade, mas queria fazer um comentário para aqueles que viram o Paraguai ser excluído do MERCOSUL.

Eu vi uma reportagem na televisão, esta semana, que mostra que o Presidente do Paraguai é dono da maior tabacaria, é o maior produtor de cigarros, o maior contrabandista daquele país, o novo Presidente. Ele é quem substituiu o Fernando Lugo. Com o sofrido povo paraguaio, nós temos que ter relações comerciais, relações até afetivas. Então, integração é uma coisa. Mas para os que ficam falando que não deveria haver relações com países que têm ideologia, que têm relações populares, eu faço esta referência: houve um golpe no Paraguai.



Agora eu queria tratar diretamente de outra questão, Sr. Ministro: a espionagem internacional. Eu acho que o Governo brasileiro — vou ser muito sincero com V.Exa. — não tratou, com gravidade, o esquema revelado pelo Edward Snowden. O Brasil é uma grande vítima desse processo. Nós não estamos aqui discutindo se temos condições técnicas de punir empresas, evitar espionagem e tal. O que nós estamos tratando aqui é de soberania e cidadania. Houve violação da soberania nacional, houve violação de privacidade de milhões e milhões de brasileiros — não só de brasileiros, estou falando do mundo todo. O problema é: O que nós vamos fazer? O que nós faremos?

Na minha opinião, o Brasil é um dos países mais atingidos. A denúncia partiu do jornal *The Guardian*, mas o cidadão que fez a denúncia está no Brasil, cidadão americano. E agora houve uma retaliação, através de um companheiro seu, mas também a serviço do *The Guardian*. Vamos esclarecer as coisas.

Eu entendo o seguinte: política é simbologia. Política é simbologia. Eu queria uma resposta de V.Exa. à seguinte pergunta: por que o Brasil não pode dar asilo a Edward Snowden? Eu quero entender isso. A Rússia o fez, e ela não tinha nada a ver com a história. Ele ficou lá, no aeroporto. Se a Venezuela, a Bolívia e o Equador ofereceram asilo, por que o Brasil não pode dar, se foi um país diretamente atingido? É simbólico. Isso não significa uma retaliação comercial, é uma resposta política ao que está acontecendo.

Aí, o John Kerry vem ao Brasil — por incrível que pareça, a frase dele é novamente uma agressão aos brasileiros — e diz: “*Nós fizemos, nós fazemos e nós continuaremos fazendo.*” E mais: “*É para proteger os brasileiros.*” Contra quem, cara pálida?!

A prepotência do império se manifesta a cada momento, e o capachismo do império britânico também se manifestou dessa forma, como V.Exa. já relatou. E mais grave ainda, porque ele não estava saindo de Londres, mas fazendo uma escala no aeroporto de Londres, onde ficou 11 horas detido e teve todo o material apreendido. Certamente, é uma grande intimidação, sem explicações plausíveis.

Eu vi manchetes, nos jornais de ontem, noticiando que o Brasil não fará retaliações à Inglaterra. Que tipo de retaliação? Não estamos falando de guerra à Inglaterra nem de guerra comercial, mas o problema é que as palavras têm



significado, inclusive na diplomacia, como V.Exa. sabe. Então, não é impensável, na minha opinião, conceder asilo a Edward Snowden, que teria imenso significado, porque o Brasil é um país importante na comunidade internacional. É diferente ser recebido pelo Equador. A Rússia deu-lhe um visto provisório, porque tem outros interesses, inclusive na disputa com os Estados Unidos. Mas, aqui, nós fomos diretamente atingidos.

Eu entendo que não é possível responder a essa questão senão pela política, senão pela mobilização da sociedade, da opinião pública nacional e internacional, contra a visão imperial dos Estados Unidos de tratar todos os países como seu quintal e continuar tratando, através do controle das redes sociais, dos meios de comunicação de massa, etc. Então, é preciso uma resposta que me parece muito mais dura, muito mais ativa e que mobilize a sociedade.

Quanto à Inglaterra, é a mesma coisa. O que foi feito ali, foi a serviço dos Estados Unidos. A gente já sabe, desde o dia em que o primeiro-ministro inglês tirou foto ao lado do Presidente Bush, há tempos, que a Scotland Yard é uma extensão da segurança americana.

Então, eu acho que o Governo brasileiro, o Brasil, o País, a Nação, em nome da soberania, em nome da defesa da sua cidadania, tem que ter uma resposta mais ativa, Ministro. Desculpe-me, eu acho que ela é bastante insuficiente.

Eu fico com essa pergunta. A simbologia é muito importante nessa hora. A sinalização que se faz para dentro da sociedade internacional é muito importante. Eu acho que o Brasil deveria ter dado asilo a Edward Snowden. Ele cumpriu um papel, teve uma tarefa, sacrificou uma liberdade de vida que não vai mais ter. O que foi feito em Londres é uma ameaça de vida ao Glenn Greenwald. *“Cuide-se! Não saia do Brasil. Veja o que aconteceu com a pessoa.”* É esse o recado dado pela espionagem americana. E prepare-se para começar a testar os alimentos, porque não é fácil a vida de quem desafia o império.

Se não há apoio de opinião pública, se não há desgaste internacional, o sistema funciona por si só; o *establishment* funciona. E me desculpe o Presidente Barack Obama quanto a essa questão. Em outras, ele tenta passar aqui e ali como progressista e tal, o primeiro negro a governar os Estados Unidos, etc., mas nessa questão, é o *establishment* que fala, e fala que quem manda é o poder econômico



americano, a indústria militar. E o álibi, a capa da luta contra o terrorismo justifica qualquer coisa. Não, nós não aceitamos isso! Não se justifica violação de soberania, não se justifica nenhum tipo de violação de privacidade de bilhões de seres humanos na terra, seja nos Estados Unidos, seja em qualquer outro país do mundo. Há regras, há limites que precisam ser estabelecidos.

Eu acho que o Brasil tem poder para falar neste momento, porque ele foi atingido, ele foi diretamente atingido. As empresas que atuam aqui a serviço do império americano precisam ser chamadas. E eu acho que não tem retaliação comercial que dê conta de uma resposta ativa e do posicionamento que o Brasil já ocupa em escala mundial.

Obrigado, Presidente. Obrigado, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Pellegrino) - O Deputado Alfredo Sirkis é autor do requerimento. Portanto, tem a prerrogativa de uso da palavra. Depois, vamos passar a palavra ao Ministro Antonio Patriota.

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Sr. Ministro, desculpe-me. Eu tive que participar da reunião da Comissão da Reforma Política, eu estou como Relator informal da proposta que está começando a ser discutida. Então, eu só pude chegar agora a esta audiência da maior importância.

Eu queria dizer que compartilho das preocupações do Deputado Ivan Valente, embora não de todos os “finalmentes” que ele extrai delas. Penso que o Brasil deve, de fato, ter uma posição ativa e deve responder de forma muito clara e serena a uma situação que não é aceitável, porque, de fato, uma coisa é o sistema de monitoramento de comunicações, na tentativa de prevenir atentados terroristas. Nesse sentido, eu acho correto, e me alivia até um certo ponto saber que ele existe, embora, quando foi realmente necessário, que foi o caso dos dois atentados terríveis que foram perpetrados em Buenos Aires, por alguma razão, essa capacidade que a NSA tem de interceptar todos os telefonemas e ler todos os *e-mails*, de fato, não tenha funcionado, quando foi necessário.

E eu acho que a grande novidade das revelações do Snowden não é a capacidade que a NSA tem de monitorar todos os *e-mails* e todos os telefonemas. Na verdade, as revelações do Snowden mais importantes, inéditas e, por outro lado, embaraçosas para os Estados Unidos foram, primeiro, que existem entre 3 mil e 5



mil pessoas ligadas a empresas terceirizadas que facilmente poderiam passar do metadado para o conteúdo das conversas e dos *e-mails*, se assim o desejassem.

Em segundo lugar, o universo de estrangeiros, não cidadãos americanos, submetidos à escuta para além do metadado da NSA comporta espionagem de natureza econômica, espionagem de natureza política, espionagem de natureza diplomática. E, de forma complementar, sabemos que esse tipo de espionagem — que nada tem a ver com a prevenção do terrorismo, que eu considero absolutamente correta — foi exercido em território nacional, foi exercido em relação a cidadãos brasileiros. Isso é grave.

Soma-se a isso esse incidente lamentável ocorrido com o cidadão brasileiro David Miranda, no Aeroporto de Heathrow, por parte de um governo que é reincidente no abuso da legislação antiterrorista. Tivemos a situação trágica da morte de um brasileiro que foi confundido com um terrorista jihadista e abatido, de forma sumária, no metrô de Londres, em um momento extremamente tenso e confuso, que foi imediatamente após os atentados de Londres. E tivemos uma reação muito pouco — como dizer? — apropriada do Governo do Reino Unido, naquela ocasião, que tardou muito em reconhecer, em indenizar. De fato, não se sentiu por parte do Reino Unido, naquele momento, a solidariedade e, por outro lado, a consternação que de fato se faria nessa necessária.

Então, esse é o antecedente. De repente, um cidadão brasileiro é detido durante quase 9 horas com base na legislação antiterrorista, quando é mais do que óbvio e ululante que ele não tem nada a ver com terrorismo, como forma de intimidar, basicamente, o seu parceiro, que é um jornalista do *The Guardian*, respeitabilíssimo órgão de imprensa londrino. E exerce a intimidação porque tem medo de quê? Basicamente tem medo dos aspectos embaraçosos referentes a esse trabalho de espionagem.

Então, eu acho que é correto nós, politicamente, marcamos isso. Por isso eu fui favorável a que nós fizéssemos uma audiência pública com o David Miranda basicamente para manter tensionada essa situação e colocar o foco da mídia internacional em cima desse incidente.

Agora, com que objetivo? Nós temos que ter um objetivo. Eu acho que o objetivo que nós devemos ter — e que não deve ser apenas do Brasil, porque



sozinho não teria a menor condição de conseguir isso, mas junto com a Alemanha, França e outros países amigos dos Estados Unidos — é basicamente conseguir que o Governo dos Estados Unidos ou o Congresso, acho mais fácil o Governo do que o Congresso, baixe normas em relação à escuta de cidadãos e de empresas etc., não só americanos, que são protegidos, mas o resto do mundo. Tem que ter alguma regra, alguma norma. Tem que ter, por um lado, uma coisa que salvasse a possibilidade de interceptação de comunicações de quem está se preparando a cometer um atentado terrorista, mas tem que haver restrições em relação à espionagem econômica, diplomática e política em países amigos. Tem que haver essa restrição dentro do sistema legal dos Estados Unidos.

Eu acho que isso pode eventualmente ser conseguido através de uma pressão convergente de diversos países amigos dos Estados Unidos. Eu acho que esse deve ser o nosso objetivo.

Em relação ao Snowden, eu entendo a posição do Governo brasileiro e concordo com ela. Por mais que seja, eventualmente, justo dar abrigo a essa pessoa, em relação à qual eu tenho uma avaliação que é meio ambivalente, mas, de qualquer maneira, ele foi extremamente útil no sentido da revelação disso tudo, penso que isso é um aspecto a se considerar. E existe um outro aspecto a se considerar, que é o interesse nacional brasileiro, o interesse do Governo brasileiro nesse momento e a dosagem do conflito que nós desejamos criar com os Estados Unidos.

Então, eu acho que a gente tem que conflitar no sentido de poder obter isso a que eu me referi, mas não devemos conflitar para além disso. Eu acho que o grau de conflito que nós possamos ter com os Estados Unidos não é o mesmo daquele que regimes altamente ideologizados, como o da Venezuela, da Bolívia, e países muito mais conflitados do que os Estados Unidos, como é o caso da Rússia, por suas próprias considerações nacionais específicas, desejam criar. O nosso conflito tem que ser dosado dentro de certos parâmetros. E acho que o limite desses parâmetros é a obtenção desse objetivo, que, volto a repetir, difícil, mas não impossível de regradar a espionagem dos Estados Unidos em países amigos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Pellegrino) - Muito obrigado, Deputado Alfredo Sirkis.



Ministro, vou passar a palavra, mas, porém, queria fazer duas indagações que considero importantes, porque permearam algumas falas, inclusive a do Deputado Azeredo. Eu queria aproveitar a sua presença para que a gente pudesse fixar esse debate do MERCOSUL *versus* Acordo Transpacífico. Tem havido um debate aqui na Comissão: o caminho é o MERCOSUL; o caminho é o Acordo Transpacífico. Alguns sustentam que o Acordo Transpacífico seria uma nova “alquinha”, que é a famosa Área de Livre Comércio, que foi pensada, construída.

Então, essa questão para mim é fundamental. Fala-se que o MERCOSUL está travado, que não se avança, que os objetivos originais não têm sido conseguidos, que o Bloco tem recebido adesões. E a fala do Deputado Azeredo é nesse sentido, falou da Colômbia, do Peru e do Chile — o Chile, inclusive, tem muitos acordos bilaterais com os Estados Unidos, já tinha anteriormente —, e que esses países estariam em outro caminho.

Fala-se até, Ministro, que o Paraguai estaria negociando um acesso direto via Chile e também tentando embarcar nessa canoa. Esse é um aspecto que eu queria que V.Exa. pudesse fixar melhor, porque seria uma grande contribuição.

E a segunda questão é em relação ao Acordo de Alcântara. Houve um anúncio do Governo brasileiro de que esse acordo seria retirado do Congresso Nacional. E até o presente momento esse acordo não foi retirado, não sei se o Governo tem uma posição em relação a essa questão.

Passo a palavra a V.Exa.

O SR. MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA - Muito obrigado, Presidente. Espero que eu tenha anotado todos os comentários e perguntas, a começar pelos do Deputado Eduardo Azeredo, que não falou de crime cibernético, mas, enfim... (*Risos.*) Na verdade, eu teria alguns comentários ,mas vamos nos concentrar naquilo que ele comentou.

Essa questão também tem a ver com a pergunta da Deputada Benedita: revalidação dos diplomas, participação de profissionais estrangeiros no Brasil. Na verdade, os médicos estão se beneficiando de uma janela específica por causa de carências identificadas. Eu entendo que no campo da engenharia o Brasil até exporta serviço de engenharia civil mundo afora, grandes empresas, aliás, com sede em Minas Gerais. Entre elas, então, não haveria a mesma carência. De qualquer



maneira, existe esse tema da revalidação dos diplomas, que é significativo, sim, mas não envolve o Governo Federal diretamente. O Governo Federal pode estimular as universidades a facilitarem a revalidação. Mas isso tem que ser a partir de iniciativas das universidades, que elas mesmas estabeleçam os critérios de avaliação, dos créditos, em que medida as matérias são equivalentes e critérios de equivalência.

Recentemente, foi alcançado um entendimento com Portugal, justamente envolvendo arquitetura e engenharia, se não me engando, em que um conjunto de universidades brasileiras e um conjunto de universidades portuguesas se comprometeram a reconhecer mutuamente os diplomas. E é, digamos, o princípio de algo que poderá ir nessa direção.

O Paraguai vai voltar ao MERCOSUL? Bem, a suspensão do Paraguai havia sido apenas quanto à participação nos órgãos deliberativos. Como eu enfatizei aqui, nunca houve sanção econômica ao Paraguai, pelo contrário, o comércio continua crescendo. O Paraguai estará entre as dez economias que mais crescerão em 2013, é um dado surpreendente. Aliás, a economia sul-americana que mais crescerá, além de Peru, Colômbia e Chile, este ano é a do Paraguai. E a segunda da América Latina será o Panamá.

A decisão que suspendia o Paraguai e os órgãos deliberativos foi suspensa, ela mesma com vigor a partir de 15 de agosto. De modo que é só o Paraguai sentar na sua cadeira, porque voltou ao MERCOSUL. Do ponto de vista dos atuais membros do MERCOSUL não há impedimento algum, pelo contrário, foi nesse espírito que a Presidenta Dilma Rousseff, na última cúpula do MERCOSUL, em Montevideo, tomou a iniciativa de propor que todos os Chefes de Estado do MERCOSUL estivessem presentes na posse do Presidente Horacio Cartes, proposta essa que ela própria cumpriu na companhia de outros dirigentes do MERCOSUL.

Eu não concordo com essa diferenciação entre Chile, Colômbia e Peru e os demais vizinhos da América do Sul. Existem dados muito objetivos que demonstram que isso não é verdade, que não há uma atitude que privilegie Venezuela, Bolívia e Equador, enfim, em detrimento dos demais.

Por exemplo, visitas presidenciais. Creio que elas são um bom índice do bem-estar e do grau de importância atribuído a um país. A Presidenta Dilma nunca fez uma visita presidencial ao Equador e à Bolívia; são dois países que estão



aguardando uma visita presidencial. Ela fez três visitas ao Peru, uma visita ao Chile e uma visita à Colômbia. E eu próprio, como Chanceler, estabeleci uma disciplina de me reunir pelo menos duas vezes ao ano com cada Chanceler Sul-americano, do Suriname ao Chile. Tenho mantido essa prática e, em alguns casos, me reúno muito mais vezes, é natural. Com a Argentina às vezes são cinco, seis vezes ao ano e com alguns outros países também, mas sem essa divisão pseudoideológica, que não faz parte da nossa agenda de integração sul-americana, pelo contrário. Se V.Exa. perguntar, por exemplo, à Chanceler María Ángela Holguín, da Colômbia, ela reconhecerá que as relações bilaterais Brasil-Colômbia, hoje em dia, são sem precedentes. Nunca houve tanto contato entre tantos Ministérios, um diálogo tão frequente entre os Chanceleres. Há um grande respeito, por exemplo, da Presidenta Dilma Rousseff pelo que o Presidente Santos, da Colômbia, está procurando realizar, até com muita coragem política, nas discussões com as FARC.

Eu devo também pedir licença para discordar — e aí frontalmente — dessa colocação sobre as embaixadas no Caribe. Em primeiro lugar, trata-se de um respeito que nós manifestamos por países aqui do hemisfério americano. Nas relações internacionais, o princípio que vige é o da igualdade soberana dos Estados, ou seja, cada país independente e soberano tem a sua voz reconhecida pela comunidade internacional, pode ser membro das Nações Unidas, tem um voto nas Nações Unidas. Fazendo um certo paralelo, é o mesmo princípio que, nas relações federativas, rege as relações entre os Estados da Federação. Assim como não tem sentido um membro de um Estado grande do Brasil dizer que *“nem queremos saber o nome de algum Estado pequeno do Nordeste, não consideramos significativo o que aquele Estado pensa num debate doméstico”*, eu acho que não faz sentido, nas relações internacionais, nós tratamos com desprezo um Estado, por menor que ele seja, porque ele é integrante desse sistema de relações internacionais baseado na igualdade soberana — aliás, igualdade soberana que o Brasil lutou muito por defender, a partir de Rui Barbosa, na 1ª Conferência da Haia.

Resultados práticos existem. Se V.Exa. quiser examinar, há propostas de compra de aeronaves da EMBRAER por algumas dessas ilhas pequenas, enfim, outras áreas de cooperação — cooperação no sistema multilateral. Hoje em dia, não se elege uma personalidade para qualquer órgão interamericano sem o apoio dos



países caribenhos. Acabamos de eleger o Paulo Vannuchi para a Comissão Interamericana. Era interessante ver, na última Assembleia Geral da OEA, a disputa pelos votos caribenhos.

E por que o Brasil tem uma certa vantagem comparativa? Porque demonstra respeito por esses países, porque quer uma relação de cooperação com esses países. E tem mais — algo que eu até já falei nesta Comissão: são países que têm a origem da sua população no tráfico de escravos entre a África e as Américas. Eu acho que, no momento em que o Brasil cria uma Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, estabelece uma política externa que procura resgatar esse passado de humilhação e de violação dos direitos humanos maciço, ao longo de séculos, através de sua política africana, nós não podemos deixar de levar em consideração que um grupo grande de países, aqui na nossa região, é constituído majoritariamente, quase que na sua integralidade, por descendentes de escravos do Haiti, que foi a primeira nação independente das Américas, em 1904, até Saint Kitts and Nevis, que tem 70 mil habitantes.

Da mesma maneira, nós operamos na comunidade de países de língua portuguesa. São Tomé e Príncipe tem 50 mil habitantes, e nem por isso deixamos de ter uma embaixada em São Tomé e Príncipe, que é um país que, aliás, valoriza enormemente essa cooperação e que, em momentos chave, de iniciativas consideradas estratégicas pelo Governo brasileiro, associa-se a projetos do Brasil, influenciando os resultados. Nós, recordo aqui, elegemos o Prof. Graziano para a FAO com uma vitória que teve uma diferença de quatro votos contra o segundo colocado, ou seja, se excluirmos o próprio voto do Brasil e o voto do país que estava concorrendo, são dois países, e não podemos subestimar nem menosprezar a importância de qualquer membro da comunidade internacional. É este o espírito que inspira a presença do Brasil nessas nações.

E eu questiono esse número de 160 funcionários. Vou pedir para minha assessoria...

O SR. DEPUTADO EDUARDO AZEREDO - Não é de funcionários; é de brasileiros moradores na ilha.

O SR. MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA - Ah, bom! Mas existem países onde moram muito menos brasileiros e onde nós temos presença.



O SR. DEPUTADO EDUARDO AZEREDO - Eu queria só esclarecer, se V.Exa. me permite. Não há nenhum desprezo, não é isso; o que está se questionando é o critério, porque V.Exa. mesmo colocou que nós temos embaixada em 140 países. O mundo tem 200 países, então, o que se questiona é basicamente esse critério de abrir embaixada em pequenas ilhas. Realmente, está aqui: em Santa Lúcia, não há nenhum brasileiro a não ser o Embaixador e acho que mais um funcionário. É o que o jornal coloca, e eu vou deixar para V.Exa., inclusive, a cópia da matéria.

O SR. MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA - Mas o critério para abertura de embaixada não é a presença necessariamente de comunidade brasileira.

O SR. DEPUTADO EDUARDO AZEREDO - Claro, junto está a questão econômica, que também não tem.

O SR. MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA - Exatamente, existe a questão econômica, a questão política, a questão de valores e princípios de uma diplomacia. De modo que eu sustento que existe uma base muito racional, de racionalidade e de justificativa diplomática para a presença nessas embaixadas. Eu acho esse ponto muito importante.

O Deputado Walter Feldman falou de terrorismo, do significado que a questão tem na diplomacia brasileira. O Brasil assinou todos os grandes instrumentos internacionais de combate ao terrorismo. Tenho a impressão de que há um último, que aguarda a ratificação pelo Congresso. Mas, no que se refere ao Executivo, as medidas foram todas tomadas para nos associarmos.

Não há dúvida na comunidade internacional, digamos, dos Estados Unidos a países menores, inclusive Israel, do compromisso brasileiro com o combate ao terrorismo. O que, sim, há é uma insistência por parte do Brasil, e que também é da comunidade internacional, de que esse combate se dê dentro do respeito ao direito internacional e dentro do respeito aos direitos humanos. Nós não queremos tratar de uma questão importante violando o direito, limitando liberdades e criando uma outra agenda de desrespeito que nos preocupe.

Infelizmente, existem situações, como essas trazidas aqui e que são objeto desta conversa de hoje, que nos preocupam, de desmandos e desvios — acho que



foi a expressão que eu usei no seminário em homenagem a Sérgio Vieira de Mello, segunda-feira, no Rio de Janeiro — no combate ao terrorismo. Acho que talvez um dos maiores desmandos possíveis tenha sido a reação da invasão do Iraque, associada aos incidentes de 11 de setembro, que todos nós condenamos, e nos solidarizamos com a sociedade norte-americana, com as vítimas, com as famílias, etc. Mas, por um cálculo que hoje em dia é unanimemente considerado equivocado, até do próprio Presidente Obama, foi realizada uma intervenção militar num país que não tinha uma relação direta com aquele atentado e onde mais de 100 mil civis morreram, 2 milhões de pessoas foram deslocadas, enfim, houve a desestabilização de toda uma região. Eu acho que é muito grave. Isso aí precisa ser objeto de uma reflexão profunda, para que não volte jamais a acontecer. Foi uma das tônicas, aliás, do seminário sobre Sérgio Vieira de Mello.

Relações com o mundo árabe, situação do processo de paz Israel-Palestina, enfim, eu falei um pouco sobre isso. Eu acho que a segurança de Israel é absolutamente fundamental em qualquer acordo. Agora, sobre a questão da beligerância do Irã em relação a Israel, acho que aí temos que analisar friamente palavras e ações. Esse novo Governo, no Irã, está manifestando uma mensagem de maior acomodação. Não consta que o tom de beligerância, por exemplo, do Presidente Mahmoud Ahmadinejad esteja sendo empregado pelas atuais autoridades iranianas. Pelo contrário, acho que eles estão tomando um cuidado especial para se distanciar dessa retórica.

Por outro lado, nós temos também que levar em conta que Israel, frequentemente, acena com a possibilidade de atacar unilateralmente o Irã, caso considere que um dos seus interesses estratégicos, militares, enfim, estejam ameaçados. Ora, como nós sabemos, no Direito Internacional, na Carta da ONU, o ataque militar só é admitido em legítima defesa — não é uma ameaça presumida, hipotética, que justifica um ataque militar — ou mediante uma autorização do próprio Conselho de Segurança.

De modo que o Brasil, assim como outros, o Chanceler Carl Bildt, da Suécia, e o Chanceler Ahmet Davutoglu, da Turquia, já deixaram constância de que um ataque não provocado de Israel a alguma instalação nuclear iraniana, ainda que parem suspeitas — isso aí tem que ser resolvido pela AIEA, pela ONU, e não



unilateralmente —, seria uma violação grave da Carta da ONU. Esse também é um fator que cria problema na relação entre dois países.

É verdade que há suspeita de envolvimento do Irã nos ataques à AMIA, aquela associação israelense de Buenos Aires. Foi um ataque mortífero, grave, que nós condenamos. O Chanceler Héctor Timerman está procurando avançar na apuração dessas suspeitas de envolvimento iraniano. E nós apoiamos os esforços do Chanceler Timerman, aliás, colega com quem eu mantenho um diálogo muito estreito, até mesmo sobre questões relacionadas a Israel-Palestina, em função da sua condição de judeu, em primeiro lugar, mas também da militância pelos direitos humanos de seu pai, Jacobo Timerman.

Eu creio que esse processo de retomada da paz entre Israel e Palestina é uma boa notícia, merece o apoio da comunidade internacional. Estamos em contato com os dois lados e também com os norte-americanos, para avaliarmos de que maneira podemos apoiar e favorecer um desenlace positivo dentro do menor prazo, inclusive, como mencionei antes, através do contato com as sociedades civis dos dois lados e aqui no Brasil.

As questões levantadas pela Deputada Perpétua merecem toda a nossa atenção. Em primeiro lugar, se houver prova de que funcionários haitianos da Embaixada do Brasil estão cobrando para conceder visto, isso aí tem que ser apurado e esses funcionários têm de ser demitidos. Então, eu vou, daqui mesmo, já dar uma ordem para que essa denúncia seja apurada dentro do mais breve prazo, porque é uma prática inteiramente inaceitável.

Agora, a origem de todos esses procedimentos que foram criados para os haitianos terem o seu ingresso no Brasil foi uma situação muito específica que se verificou no Haiti. Além da instabilidade crônica, o terremoto que vitimou mais de 270 mil pessoas, numa sociedade já marcada pela pobreza e falta de oportunidade, surgiram fluxos migratórios em direção ao Brasil, incentivados por coíotes e agentes que funcionavam na ilegalidade.

Em função de uma orientação da Presidência da República, em coordenação com os Ministérios da Justiça, do Trabalho e outros, nós, num primeiro momento, aumentamos o número de vistos de trabalho a serem oferecidos aos haitianos,



justamente para combater essas práticas ilegais e esses intermediários ilegais, que infelizmente continuam a operar.

Agora, a eliminação do teto para imigração haitiana foi feita também nesse espírito, para que nenhum haitiano sentisse que não teria uma acolhida digna no Brasil, mas, de preferência, no futuro, esperamos que seja unicamente por via legal. Isso aí favoreceria que os haitianos entrassem pelos aeroportos do Rio, São Paulo, eventualmente Belém do Pará, enfim, por outras entradas no Brasil, e não pelo Acre. O fato de que continuam entrando, em números expressivos, pelo Acre exige realmente uma estratégia para que respondamos ao fenômeno, sem descuidar do espírito humanitário de acolher imigrantes no Brasil, que sempre foi aquele em que operamos, mas também levando em consideração as fragilidades do Acre.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Claro.

O SR. MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA - E é nesse espírito que nós temos recebido o Governador Tião Viana. Há toda uma parte da agenda que não depende do Itamaraty. No que depende do Itamaraty, nós estamos desenvolvendo um diálogo intensificado, especializado, com o Peru, o Equador, a Colômbia, a Venezuela, o Haiti, a República Dominicana, para verificar onde estão esses agentes que estão operando de forma ilegal. Até em função desses esforços nossos, alguns primeiros intermediários, atuando de forma ilegal, foram presos no Peru agora, há poucos dias.

Então, eu queria dizer que estamos à inteira disposição para lidar com essa situação, dentro do respeito, dos parâmetros que inspiraram, em primeiro lugar, a flexibilização dos critérios para concessão de visto aos trabalhadores haitianos, mas também levando em consideração a situação específica do Acre. Aí tem que ser um pouco a política, os Ministérios da Justiça, do Trabalho, do Desenvolvimento Social e outros que lidam com a questão.

Eu creio que o ponto levantado sobre os médicos é válido. Eu, na verdade, não vou discordar aqui e creio que, se for possível levar em consideração esses aspectos ainda, valeria a pena examinar alguma forma. Ao mesmo tempo, não chegou ao meu conhecimento nenhuma reclamação de algum membro do MERCOSUL em relação a essa estratégia. Eu creio que não é algo que esteja preocupando...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Pellegrino) - Se V.Exa. me permite, eu acho que até o Deputado Rosinha ia falar sobre esse tema. O critério utilizado pelo Governo brasileiro em relação à importação é de relação *per capita* médico/habitante. Então, a Bolívia, por exemplo, foi excluída porque está numa relação inferior à do Brasil. Então, o Brasil quer atrair médico de países que têm uma relação *per capita*, parece, de quatro para um.

O SR. MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA - Sim, mas não há por que impedir também...

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Dessa forma, nós estamos fazendo uma referência ao país e não ao profissional formado, porque um bom profissional independe de onde ele vai ser formado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Pellegrino) - O critério foi o de *per capita*.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Pellegrino) - Esse foi o critério utilizado.

O SR. MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA - Com base no critério *per capita*...

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Esse critério tira o MERCOSUL. É isso o que estou argumentando. Tira a nossa vizinhança.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Pellegrino) - A ideia do Brasil não é trazer médico de países que já têm déficit, e sim daqueles que têm excedente.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Desculpe-me. Já que entramos no tema, no Acre nós temos centenas e nunca tivemos problemas de ir ao médico; não há reclamação em relação aos brasileiros formados na Bolívia, assim como aos brasileiros formados em Cuba ou Portugal. Se os brasileiros que se formam na Bolívia, que é um número gigantesco, tirassem o seu registro de CRM da Bolívia, a Bolívia estaria numa lista de formação de médicos acima do Brasil. Portanto, esse critério, na minha opinião, não é válido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Pellegrino) - Aí já se envolve outro aspecto do problema.



O SR. MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA - Talvez possamos concordar, pelo menos, no seguinte: não há por que haver uma discriminação em relação aos vizinhos do MERCOSUL, mas promover o êxodo de médicos de um país que tem carências também não seria algo desejado, e seria um efeito indesejável dessa política.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Dessa forma não é um êxodo. Nós sequer estamos dando oportunidade aos brasileiros que estão atravessando a fronteira para estudar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Pellegrino) - Deputada, eu acho que esse tema a gente vai ter que debater também, não o estamos levantando no Congresso. Aí já se entra em outra regra — V.Exa. sabe, nós estivemos na Bolívia —, o problema da revalidação dos diplomas, um debate que nós estamos fazendo. Quando o Governo brasileiro revalida o diploma de um médico estrangeiro, este pode atuar em qualquer lugar do território nacional pelo tempo que quiser. Esse é o debate. O regime, que está sendo constituído, do Mais Médicos é um regime especial, uma importação temporária, o médico só pode trabalhar na área em que foi selecionado. Quando tem o seu diploma revalidado, o médico pode trabalhar em qualquer área, em qualquer momento, em qualquer tempo, quantos vínculos quiser. O debate que nós estamos fazendo é quais são os critérios do Revalida. É outra discussão. Nós estamos fazendo esse debate com o Ministério da Saúde, com o Ministério da Educação, principalmente, que é quem aplica o Revalida no Brasil.

Desculpe-me interromper, Ministro.

O SR. MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA - É muito útil até que haja esse debate porque são critérios importantes de serem trazidos na consideração desse tema.

Houve uma pergunta também da Deputada Perpétua sobre a visita da Presidenta Dilma aos Estados Unidos. A relação Brasil-Estados Unidos é complexa, com uma agenda muito ampla. Os Estados Unidos são o segundo parceiro comercial do Brasil, principal investidor. Hoje em dia, há muito investimento também brasileiro nos Estados Unidos. Os contatos entre as duas sociedades são numerosos. O maior número de estudantes do Ciências sem Fronteiras é o dos Estados Unidos, hoje.



Para resumir e não entrar numa apresentação muito longa, eu acho que onde a relação do Brasil com os Estados Unidos pode se desenvolver de maneira especialmente interessante no estágio atual em que nos encontramos de desenvolvimento econômico e social é na área de ciência, tecnologia e inovação.

Esse é um dos capítulos que receberá, forçosamente, muita atenção. Já há uma agenda, daqui até outubro, que envolverá um evento no Rio de Janeiro, que será a terceira incidência do fórum Brasil-Estados Unidos sobre inovação. Haverá uma reunião do grupo de cooperação sobre inovação, que se inscreve dentro da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos de Cooperação Científica e Tecnológica.

Nos contatos entre os setores privados brasileiros e norte-americanos que também ocorrem no seio de um grupo considerado muito exitoso, que é o grupo de altos funcionários, o CEO Fórum Brasil-Estados Unidos, surgem parcerias novas e interessantes em áreas de alta tecnologia. Além desses temas, outras questões de cooperação em áreas econômicas, comerciais, de educação, enfim, políticas sociais.

Hoje em dia há um debate e um programa específico que visa ao combate à discriminação racial, entre Brasil e Estados Unidos. A Ministra Luiza Bairros participa desse programa. São as duas sociedades nas Américas com maior número de afrodescendentes e, portanto, é natural que troquem experiências e procurem maneiras de fortalecer suas estratégias de plena incorporação dentro de uma correção das desigualdades históricas das populações de origem africana nas nossas sociedades. São apenas alguns dos tópicos.

Também houve uma pergunta sobre a missão técnica que já foi aos Estados Unidos. Deverá ir uma missão política, como eu digo, de forma mais genérica. Canais técnicos e políticos foram abertos. Eu acho que é da natureza do próprio assunto que ele se mantenha dentro de uma conversa relativamente reservada, mas eu posso aqui comentar que a missão técnica, que já viajou para os Estados Unidos, foi buscar esclarecimentos a respeito das atividades da NSA divulgadas pela imprensa, de posse de um roteiro de perguntas elaborado mediante uma coordenação interministerial brasileira, aqui, no qual os elementos técnicos a serem esclarecidos versavam, entre outros, sobre metodologias, abrangência em conteúdos da coleta de dados pelos sistemas e programas de inteligência americanos, sobre os riscos dessas atividades para a infraestrutura crítica do Brasil



e os marcos jurídicos que estariam sendo observados ou violados, inclusive aqueles que asseguram os direitos humanos de cidadãos brasileiros, o direito à privacidade e a soberania nacional brasileira de um modo geral. Creio que esse mandato da missão técnica já dá um pouco a ideia do tipo de conversa que teve início.

Eu próprio declarei à imprensa, diante do Secretário de Estado — agora o Deputado Ivan Valente não está mais na sala, mas ele falava de reação forte a essas notícias —, e chamaria a atenção para o fato seguinte: a imprensa internacional, e até o Ministro Amorim dizia muito, às vezes reflete de uma maneira interessante para o Brasil como que o Brasil mesmo atua. Ela destacou que não houve reação mais forte a essas notícias do que a brasileira, de um chanceler, na presença do Secretário de Estado, dizer que esclarecimentos não são suficientes — não é um reconhecimento do *status quo* —, que a persistência dessas práticas projetará sombra sobre o relacionamento bilateral, ou seja, uma maneira diplomática, mas que não deixa de ser muito forte, também dizendo que as práticas têm que ser descontinuadas, interrompidas, encerradas e têm que obedecer a um espírito de cooperação que leve em consideração a soberania. Eu posso pelo menos citar o *The New York Times* e o *Le Monde* com artigos que sinalizaram o fato de ter sido a reação mais forte de qualquer país cuja soberania terá sido violada em função dessa espionagem. Depois, em resposta ao Deputado Ivan Valente, eu vou acrescentar outros elementos.

A Deputada Benedita da Silva, creio que muito apropriadamente, lembra a importância do relacionamento da África com o Brasil. Aliás, é interessante notar, não é só o Brasil que se interessa cada vez mais pela África, o mundo se interessa cada vez mais pela África. Na verdade, às vezes há uma disputa até, uma competição muito acirrada pelos mercados africanos, pela cooperação com a África, por investimentos na África. Há uma riqueza mineral extraordinária na África, existe um potencial agrícola e um potencial industrial. O que nós gostaríamos de ver é surgir um tipo de cooperação que beneficie mutuamente Brasil e África, mas sem espoliação, sem as práticas do passado que roubaram dos africanos os benefícios principais dessa riqueza. Infelizmente, não é sempre o que ocorre. Creio que há todo um trabalho a ser realizado nessa frente.



A Deputada perguntou sobre o décimo chanceler africano que visitou o Brasil. Foi o Chanceler do Níger, em uma visita histórica, porque, na realidade, primeira ocasião em que um chanceler do Níger visita o Brasil oficialmente. É um país que, embora tenha índices de desenvolvimento humano muito baixos, singulariza pela estabilidade política hoje em dia, compromisso com a democracia, combate à corrupção e que procura uma agenda de cooperação com o Brasil.

Algo que eu tenho até sinalado para a imprensa brasileira é que aproveitem a presença no Brasil dessas personalidades africanas. São conhecedoras, em grande profundidade, da realidade dos conflitos regionais, das situações políticas na África e podem ser fonte de informações interessantíssimas. Estamos aqui nos enriquecendo com esse diálogo, adquirindo toda uma base de dados sobre a África diretamente, a partir de fontes africanas.

Historicamente, nós nos informávamos sobre a África, Ásia e Oriente Médio a partir de fontes do mundo desenvolvido. Não quero dizer que devemos parar de fazê-lo ou desconsiderá-las, mas creio que cada vez mais o que caracteriza também a diplomacia brasileira é essa capacidade de ir direto à fonte, que, aliás, nos diferencia muito na nossa atuação no Conselho de Segurança. Quando um país como o Brasil se pronuncia sobre uma situação como a da República Democrática do Congo ou a situação no Sudão ou no Chipre, por exemplo, o fato de termos embaixadas nesses lugares faz com que nós tenhamos análises próprias sobre o que está ocorrendo. Não precisamos depender de uma análise de um veículo de imprensa britânico, francês, às vezes, até da ex-potência colonial, que tem interesses muito específicos nesses países. Isso dá grande equilíbrio e respeitabilidade à ação internacional do Brasil.

Eu disse que era o décimo chanceler africano, mas posso lembrar, de memória, os nove outros que estiveram aqui, todos de elevadíssimo nível profissional, intelectual: chanceler de Gana; Chanceler da África do Sul, Maite Nkoana-Mashabane, minha grande amiga; chanceler da Guiné-Conacri, ex-representante do Secretário-Geral da ONU, na época do Kofi Annan, para Somália, para os Grandes Lagos, homem de grande experiência; Chanceler de Angola, George Chicote; chanceler do Cameroun; Chanceler da Nigéria, Ashiru, que também desenvolve uma ação muito importante na África ocidental e internacionalmente;



outra visita histórica é do chanceler do Burundi — primeira vez que esse país mandou um chanceler, aliás, abriu uma embaixada no Brasil em visita oficial —; chanceler do Senegal e o chanceler da Mauritânia. São colegas com quem eu tenho mantido contato. Posso assegurá-los que considero extremamente valioso esse canal de comunicação direta que nós estamos estabelecendo, hoje, com diferentes dirigentes africanos.

O transporte com a África é estratégico, é fundamental. Existem boas notícias, felizmente, nessa esfera, mesmo para Senegal, Costa do Marfim. O voo da Ethiopian Airlines — Linhas Aéreas da Etiópia —, que faz escala em Lomé, três vezes por semana, facilitará muito o acesso a esses países de forma direta. Mas infelizmente ainda é insuficiente. Precisamos trabalhar por mais e melhores contatos. Enfim, o Governo só pode ir até certo ponto, pois as empresas privadas precisam acordar para esse mercado e desenvolver essa atividade.

A Universidade do MERCOSUL, a UNILA, de certa maneira, já é uma realidade, como lembrou o Dr. Rosinha, e tem beneficiado um número crescente de estudantes aqui da região, em Foz do Iguaçu. Sem dúvida mais pode ser feito e creio que será feito, porque uma das ênfases que nós temos procurado imprimir a toda a agenda, digamos não econômica do MERCOSUL, é justamente de facilitação do intercâmbio estudantil, criando um verdadeiro sistema como os europeus têm com o ERASMUS, por exemplo, na Europa.

Aliás, agora, eu me lembrei de algo que eu queria ter comentado antes, em relação a um comentário do Deputado Eduardo Azeredo, quando ele disse em relação ao Paraguai, que os Estados Unidos desenvolviam uma ação, que o FOCEM proporcionava recursos a fundo perdido. Eu acho que a comparação mais interessante aqui pode ser feita com a União Europeia, porque o FOCEM é, de certa maneira, grandemente inspirado nos fundos europeus que favoreceram Portugal e Espanha, União Europeia. É mais nesse espírito que tem trabalhado o FOCEM.

O Deputado Ivan Valente voltou, e eu tinha começado a responder. Mas eu quero dizer o seguinte: a indignação do Governo brasileiro, da opinião pública —, a firmeza com que nós vamos defender a soberania, os direitos dos cidadãos brasileiros — foi transmitida de maneira que eu considero adequada e bem



compreendida e, como eu sinalizava, até interpretada pela imprensa internacional como a mais forte e contundente, até agora.

Sem dúvida, é muito importante também que o Congresso se pronuncie porque isso será ouvido e mais um reflexo da reação brasileira. Mas não quero deixar de fazer um comentário até de matérias do *The New York Times* e do *Le Monde*, que sinalizavam que o chanceler do Brasil, na presença do chanceler norte-americano, dizia que esclarecimentos não são suficientes, não é um reconhecimento de que aceitamos o *status quo*, que precisamos acabar com essas práticas e encontrar um método para chegar a esse resultado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Ministro, só um comentário. A França foi a primeira a ser espionada, antes do sequestro de Evo Morales, e não falou nada. Inclusive, impediu o sobrevoio do avião do Presidente.

O SR. MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA - Eu não vou identificar nenhum país individualmente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Então, se o *Le Monde* fala isso, nós já estamos bem, não é?

O SR. MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA - Não vou identificar país individualmente.

A outra coisa é que o Brasil liderou no MERCOSUL a manifestação que se transformou em uma decisão de Chefes de Estado de repúdio a essas práticas, de busca de retratamento, de manifestação ao Secretário-Geral da ONU, ao Conselho de Segurança, dessa inconformidade — coisa que já foi feita — e também uma iniciativa, uma manifestação sem qualquer paralelo, em outra região do mundo. De modo que continuamos muito ativos. E também, na nossa intenção de acionarmos o sistema multilateral, creio que o Brasil foi o País que foi mais longe, com mais ideias específicas, e estamos trabalhando com outros, por exemplo, a Alemanha, que eu já mencionei aqui, que pretende apresentar um projeto de protocolo ao Pacto Internacional Sobre Direitos Cívicos e Políticos de Direitos Humanos.

Em relação às manifestações brasileiras com respeito à situação do cidadão David Miranda, em primeiro lugar, é preciso levar em consideração...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - E o Snowden também. Por que não o asilo?



O SR. MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA - Ah, o Snowden. Eu vou falar do asilo. Na verdade, o Brasil nem deu nem deixou de dar asilo ao Snowden. A verdade é que o Brasil não respondeu à manifestação dele, que era circular, que era genérica, não era dirigida a um país específico. E a partir do momento em que a situação dele foi resolvida na Rússia, não há por que mais insistirmos nesse debate. A verdade é que ele tem onde ficar, e no momento não me parece interessado em vir para a América Latina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Pellegrino) - Acho que é até mais seguro ele ficar onde está — viu, Ministro? — do que enfrentar esse espaço aéreo aí. (*Riso.*)

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Ministro, a pergunta é: o Brasil daria asilo ao Snowden se a Rússia não fornecesse o visto de 1 ano? Essa é a pergunta: sim ou não?

O SR. MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA - O senhor sabe o que eu aprendi em 30 anos de diplomacia? Não responder a perguntas hipotéticas. Isso é uma hipótese que pode ser considerada por estudiosos ou jornalistas.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Os outros países se adiantaram.

O SR. MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA - É, mas não foi necessário: ele está acomodado. Nem demos asilo nem deixamos de dar. Na verdade, o pedido era circular, dirigido a todas as nações, e ele já tem um paradeiro.

Eu queria fazer uma explicação aqui sobre essa questão de que o Brasil não retaliará o Reino Unido em relação ao Miranda. Eu jamais usei essa expressão. Eu respondi a uma pergunta de uma jornalista que foi: *“O Brasil retaliará em relação à situação do Sr. Miranda?”* A minha resposta foi o seguinte: *“O Brasil considera que isso aí deve permanecer um fato isolado e a nossa expectativa é que não volte a ocorrer”*. Ou seja, a manifestação ao Reino Unido já foi muito firme no sentido de que é uma prática inaceitável, injustificável com base na Lei do Terrorismo, não há suspeita de envolvimento com terrorismo, queremos o material dele de volta. E a mensagem foi muito bem entendida. Então, esse é o estágio em que nos encontramos. Inclusive as reações do Governo brasileiro, eu entendo, mas os senhores poderão verificar mais diretamente, que o próprio cidadão Miranda as considerou adequadas. Nós estamos em contato com ele. Ele sentiu firmeza, em



outras palavras, ele até disse ao *Jornal Nacional*: “Não sabia que estavam tão preocupados comigo do lado de fora, enquanto eu era interrogado no aeroporto de Heathrow, com a Embaixada e o Consulado em Londres mobilizados”. Eu mesmo aqui, no Brasil, no telefone com os nossos colegas em Londres.

Em relação aos comentários do Deputado Sirkis. Creio que, de certa maneira, já respondi a algumas relacionadas à questão da espionagem, da detenção do cidadão Miranda. Continuaremos trabalhando em relação a esses temas, são temas que não vão sair da agenda internacional. Na verdade, eles envolvem por um lado a exigência de que certos compromissos internacionais sejam cumpridos, mas também envolvem por outro lado, no que se refere à regência da Internet, áreas em que existe uma certa lacuna no Direito Internacional, que o Brasil já tem trabalhado para preencher, mas enfrentando grande resistência do mundo desenvolvido em particular, que esperamos que agora, com essas revelações de que existe espionagem entre desenvolvidos, entre os dois lados do Atlântico, comecem a ser vencidas e deem lugar a, por exemplo, uma governança internacional da Internet multilateral no âmbito, por exemplo, de um organismo como a UIT — União Internacional de Telecomunicações.

Finalmente, houve um comentário do Deputado Presidente da Comissão, Nelson Pellegrino, sobre a questão do MERCOSUL. Eu creio que o seu objetivo é falar do MERCOSUL com a Aliança do Pacífico, que é o grupo que reúne Colômbia, Peru, Chile, e agora Costa Rica também, que se associou. O Transpacífico é uma coisa diferente, é uma coisa que envolve...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Pellegrino) - É, tem a Aliança do Pacífico. Permita-me, Ministro. Na verdade, o debate que tem sido pano de fundo da Comissão e recorrente aqui é sobre, primeiro, a viabilidade do MERCOSUL: se esse é o caminho realmente da integração, se o caminho que o Brasil está perseguindo é o caminho correto em detrimento de uma articulação, dessa aliança aí se constituir. Os acordos bilaterais têm sido feitos com os Estados Unidos com esses três países, e também tem o Acordo Transpacífico, que envolve...

O SR. MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA - É um projeto que envolve...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Pellegrino) - ... esses três países com a Ásia, Japão, Canadá, Estados Unidos.

O SR. MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA - Exatamente. Enfim, eu passei mais de 2 horas outro dia na Comissão do Senado falando sobre esse tema, e acho que a realidade é uma grande desinformação sobre o que representa o MERCOSUL hoje em dia.

O MERCOSUL é, de longe, a mais abrangente iniciativa de integração já empreendida na América Latina. Do ponto de vista comercial, o MERCOSUL é um caso de sucesso absoluto. O comércio intrabloco multiplicou-se mais de 12 vezes em duas décadas, saltando de 4,5 bilhões, em 1991, quando foi criado o MERCOSUL, para 58 bilhões, em 2012. Durante os últimos 4 anos de crise econômica internacional, enquanto o comércio global crescia em 13%, as trocas no MERCOSUL cresceram mais de 20%. Não apenas isso, mas o MERCOSUL também representa para o Brasil uma das áreas de intercâmbio comercial que mais favorece o intercâmbio e a exportação de produtos industrializados. Ou seja, a maioria dos países-membros do MERCOSUL, e aqui na América do Sul de maneira geral, de 70%, 80%, às vezes 90% das exportações, são de produtos manufaturados, industrializados, o que contrasta com o padrão nosso de comércio com a China, onde menos de 5% são desse tipo de produto, ou mesmo com a União Europeia e com os Estados Unidos. Ou seja, sob qualquer ângulo que se examine, não há história de êxito comparável na região, ou até mesmo fora dela, em termos de integração. E, como já comentei, ela não se restringe apenas a comércio e a investimento, mas também, como o Deputado Dr. Rosinha conhece melhor do que muitos de nós, à esfera parlamentar, à sociedade, ao intercâmbio estudantil. Enfim, é um projeto realmente abrangente.

A Aliança do Pacífico é um exercício de aproximação comercial entre países que já, em grande medida, liberalizaram o seu comércio entre eles próprios. Como descrevi outro dia no Senado, é uma espécie de embalagem nova para um produto que já existe. Os países entre eles mesmos, com a possível exceção — agora, por exemplo, Costa Rica acho que está negociando com o Peru, ou um dos dois — já estão trocando bens e comerciando entre si, livre de tarifas e impedimentos perto de



90%. Então, o objetivo propalado já foi alcançado e algo que já está mais ainda consolidado na esfera do MERCOSUL.

É natural que esses países busquem uma aproximação, porque eles têm certas características, em termos dos seus regulamentos internos, envolvendo questões como investimentos e propriedade intelectual, compras governamentais, enfim, toda uma série de quesitos por haverem negociado acordos de livre comércio com os Estados Unidos. Então, o que eles estão procurando aqui é uma homogeneização de procedimentos, uma aproximação, que maximize os seus ganhos. Acho que isso não é uma ameaça ao Brasil. Pelo contrário, como argumentei no Senado, e agora também num artigo que vai ser publicado bem detalhado, de mais de 20 páginas sobre essa questão, na revista *Política Externa*, isso aí é até vantajoso para o Brasil que eles façam isso, facilitará o nosso comércio com esses países todos.

Outra questão interessante e importante é que, no âmbito da América do Sul, o MERCOSUL já negociou acordos, no âmbito da ALADI, com cada um dos países sul-americanos. Então, teremos na América do Sul uma zona de livre-comércio até o ano de 2019. Até o Brasil está querendo acelerar a implementação desses compromissos... Nem todos os países sul-americanos estão de acordo; mais de 90% já estão. Inclusive, nós já concedemos acesso a todos esses países, diga-se de passagem, aliás, países com os quais temos superávit comercial em quase sua totalidade, com a exceção da Bolívia.

Creio que é uma falsa polêmica de apresentar MERCOSUL e Aliança do Pacífico como iniciativas conflitantes. Não se trata disso. E o MERCOSUL, com uma folha de serviços prestados, um patrimônio de realizações que está acima de qualquer crítica, é simplesmente uma questão de olhar os números e de perguntar inclusive ao setor privado, que está se beneficiando desse marco, se é vantajoso ou se não é.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Pellegrino) - Deputado Jair Bolsonaro.

O SR. DEPUTADO JAIR BOLSONARO - Sr. Presidente, eu vou cumprir o meu tempo, mas gostaria de falar muito.



Meus cumprimentos ao Embaixador. Lamentavelmente, não concordo com a maioria das coisas que V.Exa. proferiu. E V.Exa. pode ficar feliz com isso, com toda certeza!

Na questão dos cubanos... Eu duvido que qualquer médico argentino, português ou espanhol topasse que seu salário fosse pago pelo seu país nessa chicana que o PT propôs agora a Fidel Castro, ou melhor, ao governo cubano. E, no mais, nenhum país vai produzir alguma coisa, em escala industrial, como Cuba produziu médicos, se não tivesse um mercado para vender. E a história de Cuba é a exportação de ideologias, como, por exemplo, a guerrilha de Angola dos anos 70; como ofereceu ao pessoal de esquerda do Brasil homens do seu Exército para a Guerrilha do Araguaia, porque Fidel Castro logicamente queria impor uma democracia em nosso País.

Eu vejo a nossa Presidente como uma pessoa semelhante a Hitler de saia. Eu a vejo dessa maneira. Assim sendo, Sr. Presidente... A verdade machuca, dói!

Eu quero chegar aqui à conclusão de que estou certo ou não e lançar a resposta a V.Exa., e V.Exa. responde democraticamente. Ainda vivemos em uma democracia; para mim, essa é uma ditadura branca, mas vivemos em uma democracia, ainda. Pergunto se eu estou certo ou não?

Então, os médicos cubanos virão para cá como os ruralistas transportam boi em estradas por aí, massa que vem para cá. O que surpreende é que a medida provisória diz que esses médicos — na verdade, são os cubanos que interessam ao Governo, que só lá tinham em grande escala — podem trazer para cá todos os seus dependentes legais e eles poderão exercer atividades remuneradas com emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social; o titular, não, mas todos os dependentes, que podem ser em número de 10, 20, 30 de cada um. Podemos ter aqui, até o final do ano que vem, 70 mil, 80 mil cubanos aqui dentro, e tudo bem!

Agora, o que me surpreende também é que o Aloizio Mercadante, filho de general, falou — o que para mim não é novidade — que vai lançar o Programa Mais Professores. E, nessa patota, nessa boiada vindo em caminhões de boi para cá, com toda a certeza, os dependentes diretos de cubanos vão estar em nossas escolas, com os nossos livros escolares, Sr. Ministro — tenho aqui dois comigo, tenho vários... E que se prega neles, para concluir: *“Bin Laden é um político de*



direita". "FARC. Ela, inspirada em Che Guevara, sonha com uma nova sociedade, mas os Estados Unidos a acusam de terrorismo". Há uma foto de Paulo César Farias dizendo que ele montou um grande esquema de corrupção; mas a foto de José Dirceu, ao lado, diz que ele apenas é um exemplo para a sua geração. Há uma foto do ex-Presidente Collor de Mello dizendo: "Milhões de brasileiros acreditaram que Collor iria combater a corrupção". Um pirulito para quem adivinhar o que está escrito debaixo da foto do Lula!: "Che Guevara, o homem mais completo de seu tempo". São dezenas de páginas.

Um exemplo de trabalho de casa, para a garotada fazer um trabalho de casa, após a leitura do capítulo sobre Cuba, em 1959, quando Fidel Castro, segundo o livro, pôs um ponto final na ditadura de Fulgêncio Batista e impôs lá o socialismo, que é o apelido do comunismo. Inclusive, no livro diz-se que lá o emprego é pleno, e que a miséria foi varrida daquele país para debaixo... Com 20 dólares por mês, eles ainda escrevem essa infâmia aqui! Trabalho de casa. Eu queria saber, se o Embaixador fizesse um trabalho de casa, o que escreveria aqui, não no caso hipotético, mas em cima do livro. "Você concorda que os torturadores e os assassinos de presos políticos sejam executados depois de uma revolução popular?" Justificou-se a revolução cubana, porque o seu tribunal popular executou pelo menos 17 mil inocentes.

Então, Sr. Ministro, concluindo, há sim uma marcha socialista em nosso País, e estão pegando a molecada na escola. Não estou falando mais de *kit gay* aqui, não, apesar de os livros também ensinarem os moleques a serem homossexuais. Aqui os ensinam a adorar o socialismo, com gravuras em que o capitalismo é o inferno e o socialismo é o paraíso. Isso é o que está sendo ensinado à nossa garotada, que vai ter o apoio agora do Programa Mais Professores do Aloizio Mercadante.

Sr. Ministro, concluindo, V.Exa. concorda com esses livros? Nós estamos no caminho de uma democracia ou de um socialismo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Pellegrino) - Com a palavra a Deputada Jô Moraes.

A SRA. DEPUTADA JÔ MORAES - O Sr. Ministro, como disse o Deputado Walter Feldman, deu uma pílula geral panorâmica do mundo. Muitas das questões



que eu ia levantar já foram respondidas, como também disse o Deputado Feldman, aliás, mas eu queria me deter em algumas.

Em primeiro lugar, apenas como sou mineira e partilho das informações, o artigo ao qual o Deputado Eduardo Azeredo se referiu é parte da nossa guerra da disputa de informações e ideias. A informação é boa e positiva quando diz que, da nossa balança comercial, nós temos 1 bilhão e 180 milhões, não é só o prejuízo e os investimentos que nós fazemos politicamente, do ponto de vista da votação nos fóruns internacionais, da construção de uma política externa que torne o Brasil referência da sua região. Acho que em relação a esse dado de que em Grenada tem zero brasileiro morando, eu fiquei também preocupada. Mas ele mesmo faz as ressalvas à matéria de criar uma população flutuante, e, afinal, tem 159 brasileiros, segundo o jornal, nos cinco países questionados. O fato concreto é que o Brasil tem como vantagem, além das vantagens das políticas de solidariedade, de cooperação científica e tecnológica, de reafirmação de valores, um bilhão e 180 milhões para apresentar como mais uma justificativa dessas relações, que não é o que predomina na política externa.

Eu queria apresentar duas questões. Primeiro, V.Exa. comentou a situação da Síria hoje, falou inclusive que nós que vivemos hoje uma guerra de informações. E, quando se fala em armas químicas usadas, nós sabemos perfeitamente a veracidade da informação das armas químicas de Saddam Hussein depois da destruição do patrimônio humano e cultural daquele País, com a desculpa das armas químicas. Eu não entendi bem em base de que filtro de informações a diplomacia brasileira passa a opinar acerca desse conflito e daquelas tensões que se realizam. E eu sei que foi um lapso da memória de V.Exa. quando falou: *“A nós interessa a segurança de Israel”*. Eu diria: *“A nós interessa a segurança de Israel e da Palestina, porque é fundamental”*.

Estivemos no Haiti e, na discussão lá, nós presenciamos uma profunda preocupação do Embaixador, um Embaixador de excelente formação cultural, intelectual, e de comprometimento com a política externa brasileira, muito humano, preocupado com que a gente tivesse uma reafirmação na contribuição da instalação da democracia naquele País. Lá continuam vivendo uma instabilidade. Não está completo o Senado para que possa garantir uma estruturação constitucional. Mas



eles levantaram setores econômicos, que fizeram contato com a gente, não foi só do Governo, mas da própria sociedade. E nós estávamos tramitando um projeto que poderia criar possibilidades de isenções fiscais para estimular a economia daquele País, cuja situação é dramática. Basta um pulo lá para sabermos como vivem 90% das pessoas, sem luz. E o projeto está parado aqui. Não sei se o Itamaraty ponderou, porque havia emendas que favoreciam também a outros países, e por isso paralisou.

Mas eu gostaria que V.Exa. nos posicionasse, sobretudo aqui na Comissão de Relações Exteriores, acerca da emergência de tramitar o projeto que vai responder, não aos dramas que a Deputada Perpetua Almeida vive no Acre, mas sobretudo à cooperação e econômica fundamental. Nós fizemos investimentos em hidrelétrica, e há toda uma pressão e um *lobby* das empresas geradoras, sobretudo americanas, para inviabilizar a ampliação e a expansão, porque é essa a cooperação que interessa ao Haiti.

Eu queria pedir que V.Exa., Sr. Ministro, nos situasse quanto à emergência de se tomarem iniciativas para agilizar este processo, já que existe cooperação, se abriu e se flexibilizou o recebimento de profissionais. Eu sou de uma cidade que tem estudantes do Haiti fazendo cursos como cooperação da Faculdade Izabela Hendrix, com parceria da Prefeitura para fazer convênio com a universidade, a fim de garantir a sobrevivência desses estudantes com estágio. Eles retornaram para lá, mas zero possibilidade de alternativas, mesmo formados. Por isso, iniciativas como esta para a agilização deste projeto passam a ser uma resposta efetiva.

Eu considero que a política externa do Brasil, sem dúvida nenhuma, é muito positiva, no sentido da multilateralidade das suas relações, mas é positiva não apenas politicamente, mas também economicamente. Eu acho muito bom que a gente possa ter ampliado essas relações, com a ressalva de que fala o jornal de que nós ampliamos para reforçar a aliança bolivariana na região. É preciso respeitar a opinião do jornal, pois, evidentemente, eu não acredito que haja outros critérios que tenham levado à expansão dessas relações e da criação de embaixadas nessa região também sofrida da nossa América Central.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Pellegrino) - Concedo a palavra à Deputada Carmen Zanotto, última inscrita.



A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Obrigada, Sr. Presidente Nelson Pellegrino. Cumprimento também o Deputado Dr. Rosinha, Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família, da qual faço parte; bem como o Sr. Ministro Antonio Patriota.

Muitos dos meus questionamentos já foram respondidos pelo senhor e, tendo em vista o adiantado da hora, eu serei um pouco mais pontual, até porque eu vivi uma experiência como Secretária Municipal de Saúde com relação a alguns profissionais médicos cubanos que prestaram, naquele momento, consultoria.

Eu pergunto a V.Exa., Sr. Ministro, se o Ministério participou da construção do termo de cooperação com a OPAS. Se a resposta for sim, Sr. Ministro, eu gostaria de saber qual é o valor da taxa administrativa que a OPAS vai receber — a grande maioria de nós aqui sabemos que normalmente é de 7%. Gostaria de saber, também, se os médicos cubanos virão com suas famílias.

Por que estou perguntando isso? Porque, dos que trabalharam conosco, nenhum voltou para Cuba. Dos que trabalharam conosco, ficaram lá a família e os filhos. É verdade o que eu estou dizendo. Eles casaram no Brasil, para não voltarem para Cuba. Eu acompanhei algumas cartas que eles enviaram às suas famílias que me emocionam, porque eu sei que famílias foram destruídas na sua base, porque é melhor ficar no Brasil, sem dúvida nenhuma.

Eu não sei quantos aqui tiveram a oportunidade de conversar e conviver com esses profissionais e saber o quanto eles valorizam um prato de comida, num simples refeitório de uma unidade de saúde, e o quanto eles acham que a nossa comida é farta, perto da realidade deles.

Eu não vou entrar nesse mérito, porque não é a sua pasta a questão da qualificação técnica, mas há questões sociais e humanas que precisam ser consideradas.

Portanto, eu gostaria de saber se eles terão o direito de trazer suas famílias. Além disso, se o senhor tem conhecimento do primeiro grupo que veio como consultor, quantos estão no Brasil. O que a gente sabe é que, provavelmente, nem 10% do que o Brasil irá pagar para o Governo de Cuba chegará efetivamente a esses profissionais.



Eu não consigo ver nenhum cidadão de um país cujas relações de trabalho nós defendemos estar... Não vou dizer que o seu vínculo é precarizado, porque o vínculo deles é com o governo deles, mas não posso deixar de afirmar que se trata de exploração de mão de obra qualificada de seres para a prestação de serviços. Esta é a minha sensação, este é o meu sentimento, diante da história que eu vivi. E eu conheço relatos desses profissionais, que ajudaram, sim, na construção administrativa da atenção básica de saúde. Mas eles eram monitorados, rigorosamente, no exercício das suas atividades, em função da política do país de origem deles.

Então, se o senhor não participou, tenha toda a liberdade, Sr. Ministro, de dizer: *“Não conheço o termo. Não posso lhe responder.”*

Muito obrigada, Sr. Ministro.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Presidente, pela ordem. Só um reforço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Pellegrino) - Pois não.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Só um reforço, porque passou batido na minha pergunta, e eu não me perdoaria pelo fato de o Ministro vir aqui e eu não me lembrar de perguntar isso.

Sou uma intransigente defensora das relações entre o Brasil e a Bolívia e sei da dificuldade que é tratar alguns temas nessa relação. Mas eu gostaria de informações sobre o nosso ilustre hóspede na Embaixada brasileira na Bolívia. Já faz mais de 1 ano, e até hoje nós não temos um salvo-conduto para retirar o Senador da Embaixada. Eu queria saber — sei que houve a formação de uma comissão para tratar do assunto — até que ponto nós avançamos nesse sentido.

Muito obrigada.

O SR. DEPUTADO JAIR BOLSONARO - Na mesma linha da pergunta da Deputada Perpétua, se um médico cubano, Ministro, pedir asilo aqui, V.Exa. vai conceder ou vai deportá-lo? Se um médico cubano pedir asilo, o Brasil vai conceder ou vai deportá-lo, como no caso dos boxeadores cubanos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Pellegrino) - Deputado Azeredo.



O SR. DEPUTADO EDUARDO AZEREDO - Sr. Presidente, vou apresentar para a próxima semana um pedido de informações sobre o contrato. Acho que nós, da Comissão, precisamos conhecer os termos do contrato com a OPAS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Pellegrino) - Sem dúvida.

Deputado Dr. Rosinha com a palavra, como Presidente da Comissão de Saúde e Seguridade Social.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Primeiro, quero agradecer a presença do nosso Embaixador Antonio Patriota, Ministro das Relações Exteriores. Sua vinda aqui tem sido muito útil para o debate da política exterior. Quero parabenizá-lo pelo exercício nesse cargo. Não tenho acompanhado tão de perto, uma vez que a última tarefa minha é na Comissão de Seguridade Social. Mas eu quero dizer que, no último encontro de Presidentes do MERCOSUL, realizado no Uruguai, em minha opinião, de todos os encontros que eu tenho acompanhado, esse foi o mais politizado de todos, no sentido de condenar o que ocorreu com o Presidente Evo Morales, a questão da espionagem e a questão do direito de conceder asilo, o que era questionado em âmbito mundial pelos Estados Unidos. Eu acho que foi um momento extraordinário.

Como Presidente da Comissão de Seguridade Social, Deputado Eduardo Azeredo, informo a V.Exa. que até quarta-feira não precisa entrar com pedido de informação, porque eu buscarei cópias do contrato junto ao Ministro da Saúde, e provavelmente nós a teremos na Comissão e remeteremos cópia para esta Comissão. A vinda de médicos estrangeiros não tem se pautado pelo segredo, mas pela transparência total, inclusive pelo próprio número de debates realizados. E sorriso irônico não me provoca, porque a verdade realmente dói, mas a ignorância também. É importante que todos saibamos disso.

Eu quero fazer alguns comentários sobre a questão do Programa Mais Médicos, que eu tenho acompanhado. Há um debate no mundo — o Ministro Patriota sabe disso há muito mais tempo do que eu —, há uma conversa muito séria sobre a questão do sequestro de cérebros — é assim que às vezes é tratado por alguns setores. Muitos países do mundo têm chamado para trabalhar em seu país cientistas renomados, não têm investido, muitas vezes — ao contrário do Brasil, que tem investido muito em mestrado, doutorado, em criar cientistas. Eles não fazem



isso e buscam, depois, os que estão formados no mundo. Vamos dar exemplo: a própria Inglaterra. A Inglaterra vai buscar a maioria deles no Paquistão e na Índia. E os Estados Unidos. Há cerca de 1 ano e meio ou 2 anos, eu estive num debate do Partido Socialista Europeu. Eu sou socialista. Isso causa muito mal ao mundo. Se há algum inferno, chama-se capitalismo mesmo. Veja a quantidade de gente que passa fome graças ao capitalismo. Eu posso dizer isso aqui tranquilamente. Num debate do Partido Socialista Europeu, a queixa do Leste Europeu era de que seus cérebros estavam sendo sequestrados pela França, Alemanha e outros países europeus.

Então, todo mundo procura buscar intelectuais, pessoas formadas, bons profissionais em outros países para suprir as suas necessidades. No Brasil, eu vejo um debate avesso a isso, de não trazer aquilo que é para suprir a necessidade.

Critica-se muito a vinda de médicos, mas eu não tenho escutado na Comissão de Seguridade Social e nem no plenário da Casa esses que criticam a vinda de médicos defenderem o direito de atendimento médico, de atendimento à saúde no interior deste País afora. Eu não vejo isso, a não ser aqueles que defendem o Mais Médicos fazendo isso. Eu entendo que a vinda de médicos, independentemente da origem, para o cidadão e a cidadã que não têm acesso a um médico, é importante e fundamental.

Eu não devia, mas eu vou fazer, porque eu já escrevi isso, já tornei público num artigo que eu escrevi para o *Congresso em Foco*. Eu era criança — formei-me em Medicina — e meu pai me contou uma história, numa ocasião, porque ele estava cobrando as minhas posições sociais por ser médico. E ele contou a história, isso é público, como disse, eu já escrevi, ele disse numa ocasião para mim o seguinte: “*Eu caminhei 12 quilômetros, a pé, para te levar ao médico, te levando no colo, e você doente. Quando eu cheguei lá, não tinha médico para te atender porque eu não tinha dinheiro para pagar. Voltei os 12 quilômetros, a pé, com você doente*”. Aí eu disse para ele: “*Pai, eu, sendo médico, não vou deixar ninguém caminhar nem 50 metros e voltar sem ter a consulta médica*”.

E hoje, no Brasil, existem pessoas que caminham quilômetros e quilômetros, e não encontram um médico. Então, vamos fazer o favor, essas pessoas necessitam de médicos. Os médicos brasileiros não vão porque não há médicos no mercado;



não é nem porque não querem, é porque não há, está faltando. Porque, se tivesse, eles preencheriam as vagas.

Em Curitiba, existem médicos registrados por mil e quinhentos reais na sua carteira de trabalho, mas preferem ficar na capital a receber os 10 mil. Existem médicos nas capitais registrados por 2 ou 3 mil. Eu sou servidor público da Prefeitura de Curitiba, se eu voltar no ano que vem — e voltarei —, o meu salário não supera os 8 mil reais, com 30 anos de serviço público, contratado pela Prefeitura de Curitiba.

Então, o questionamento é importante e fundamental para aprimorar, mas é necessário que o Brasil tenha mais médicos. Eu vejo esses questionamentos o tempo todo. E, nessa questão do Programa Mais Médicos, se fizer o REVALIDA, ele não vai para a localidade em que ele vai ser lotado, para onde ele deve ir. Ele vai para onde oferecerem outra condição que ele deseja, para onde vão os outros médicos.

E sobre a questão dos diplomas, eu tenho participado de muitos debates a respeito disso. Disse o Ministro Patriota que o diploma não é reconhecido pelo Estado brasileiro diretamente, quem reconhece são as universidades, pela autonomia universitária que está disposta na Constituição. Qualquer um que chega com um diploma, um certificado, não importa de onde venha, é a universidade que vai reconhecer, tanto é que o REVALIDA é feito dentro da universidade, respeitando a autonomia universitária.

Você pode assinar acordos com universidades, como o próprio Ministro acabou de falar agora há pouco em relação a Portugal. Está sendo estudado, em relação ao MERCOSUL, um número de universidades de reconhecimento automático entre os vários países, mas isso não é de hoje para amanhã, vai demorar dias, porque você tem que definir conteúdo curricular, carga horária, uma série de componentes para depois ter essa construção dos diplomas.

Sobre a UNILA, como o Ministro já comentou, é importante dizer que quando saiu a UNILA, a proposta inicial era a Universidade do MERCOSUL. O Ministro Patriota se lembra disso. O Presidente Lula levou essa proposta da Universidade do MERCOSUL para o Ministério da Educação e abriu-se o debate: por que não algo maior, mais amplo? Criou-se a UNILA e, dentro da UNILA, um Instituto Superior do



MERCOSUL que se dedica aos estudos específicos do MERCOSUL. Então, há essa preocupação de integração da América.

Concluo fazendo um breve comentário: a medida provisória, Carmen, dispõe que as pessoas venham com as famílias, mas é uma decisão individual do médico, se ele vai vir ou não.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Dr. Rosinha, se V.Exa. me permite, a minha dúvida é se o Governo cubano vai permitir que esses profissionais tragam as suas famílias.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Eu acho que essa resposta é o Governo cubano que vai ter que dar, não é?

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Por isso a pergunta foi se no termo do acordo isso está previsto.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Mas vamos buscar isso aí.

Uma das primeiras coisas que eu aprendi aqui na Comissão de Relações Exteriores é que em política internacional não há estados menores com direitos; todos os estados, em direitos, têm o mesmo tamanho, e aí a razão da relação do Brasil em respeitar todos eles.

E só quero lembrar ao Ministro uma pergunta que foi feita pelo Deputado Nelson Pellegrino: o acordo entre Brasil e Estados Unidos sobre a Base de Alcântara, que está ainda na Câmara. E nós precisamos tirá-lo da Câmara dos Deputados, porque ele ainda está aqui.

Muito obrigado, Ministro.

O SR. DEPUTADO EDUARDO AZEREDO - Deputado Dr. Rosinha, permita-me fazer uma ressalva. Às vezes, há críticas e críticas. Nós somos a favor de mais médicos. O PT gosta muito do nome bonito: Mais Médicos. Agora, nós estamos discutindo aqui a questão de estrangeiros. Mais médicos não significa que só se resolve trazendo médico estrangeiro. Mais médicos significa colocar um percentual mínimo para o Governo Federal, como já existe para governos de Estados, para Governos das Prefeituras, para gastar em saúde. V.Exa. mesmo é a favor desse percentual mínimo, e isso foi vetado. Mais médicos significa mais escolas. Nós somos a favor, mas o Governo burocratizou a criação de novas escolas. Então, não vou entrar na polêmica aqui; só não simplifique a questão também nisso, como se



essa solução fosse assim. Essa é a questão. Vamos separar um pouco as críticas e críticas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Pellegrino) - Vamos também fazer justiça. Os Governos Lula e Dilma foram os que mais criaram faculdades federais de Medicina. V.Exa. pode ter certeza disso.

Há toda uma estratégia. O Programa Mais Médicos é todo um conjunto de medidas: tem o PROVAB, tem novas universidades. Essa é uma das medidas que está sendo proposta. Agora, quem propôs congelar vagas em cursos de Medicina não foi o Governo, mas as Associações Médicas, o Conselho Federal, as Federações. Eu acho até que foi uma medida correta, e inclusive o Governo brasileiro atual está dialogando sobre a possibilidade de novos cursos, desde que tenham qualidade, inclusive com hospitais universitários.

Eu vou passar, com muito prazer, a palavra ao nosso Chanceler, ao nosso Embaixador Antonio de Aguiar Patriota, que eu considero que deu uma grande contribuição ao debate nesta Comissão. Jamais acharíamos, Embaixador, que as suas considerações encerrariam o debate, mas elas trouxeram luzes importantes para os debates que temos realizado no dia a dia na Comissão, trouxeram um cenário estratégico da política externa brasileira, de como ela se pauta, quais são os seus objetivos, quais são os caminhos que nós vamos trilhar nos próximos anos no País, que eu acho também é muito importante. Eu quero deixar sempre esse convite aberto porque toda vez que V.Exa. quiser vir a nossa Comissão, falar sobre aspectos gerais ou específicos, será sempre bem-vindo.

Portanto, passo a palavra a V.Exa. para as suas considerações finais.

O SR. MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA - Muito obrigado, Presidente. Nesse último módulo, eu creio que um dos debates foi sobre a questão dos médicos cubanos. Eu me limitarei a dizer, como V.Exa., aliás, apontou muito apropriadamente, que Cuba preenche o requisito para participação no Programa Mais Médicos de mais de 1,8 médicos por mil habitantes. E é importante ter isso em consideração, ainda que se estabeleça também o critério da não discriminação. Na medida em que algum outro país deseje participar, conviria examinar a modalidade, para verificar como isso pode ser feito.



Num primeiro momento, a informação que eu tenho é de que 428 médicos intercambistas cubanos participarão do Programa, e essa participação se dará por meio da OPAS. O que envolve a OPAS, sim, o Itamaraty, por definição, está envolvido. Eu devo confessar que não tenho conhecimento da taxa administrativa que a OPAS vai receber, mas a OPAS, sendo organismo multilateral, se algum dos seus membros, que vão dos Estados Unidos ao Chile, quiser questionar os termos em que isso está se realizando, terá toda a liberdade de fazê-lo em Washington, na sede da OPAS, ou mesmo levantar isso na Organização Mundial da Saúde, em Genebra, se for o caso.

Eu acho que a participação da OPAS é uma garantia, como eu já mencionei antes, de que essa contratação se dará dentro de práticas legítimas internacionalmente.

Eu recordaria que até o Presidente Obama, quando participou da Primeira Cúpula das Américas, em Trinidad e Tobago, se não me engano, em 2008, ele comentou, numa entrevista, que via a presença dos Estados Unidos às vezes na região associada a eventos que haviam deixado algumas cicatrizes em alguns lugares. E que ele gostaria muito que os Estados Unidos fossem vistos por outro ângulo. Nesse mesmo contexto, ele elogiou a ação dos médicos cubanos na região.

Eu lembro o papel que os médicos cubanos exerceram na contenção da epidemia de cólera no Haiti, uma ação absolutamente heroica. E nós sabemos disso porque os médicos brasileiros trabalharam junto com os cubanos. Nós favorecemos e estabelecemos um projeto trilateral, envolvendo o Haiti, com a participação indireta da OPAS. E, se não fosse essa atuação, o Haiti, já assolado por um terremoto, país de menor desenvolvimento relativo das Américas, teria sofrido mais ainda com a epidemia de cólera.

Enfim, acho que essa polêmica não se encerrará, como dizia o Deputado Pellegrino. Estamos à disposição para oferecer todos os elementos que dispusermos não só aqui na Comissão, mas também individualmente, aos Srs. Parlamentares, sempre que formos solicitados, nesse espírito de transparência e trocas de ideias e de informações com o qual eu tenho sempre trabalhado durante esta gestão no Itamaraty.



E, respondendo brevemente algumas perguntas da Deputada Jô Moraes, mencionaria que a questão das armas químicas na Síria já tinha sido objeto de uma primeira denúncia, o que desencadeou uma missão de investigação que se encontra na Síria neste momento, chefiada pelo Sr. Sellström, da Suécia, que é um perito na matéria. Agora, com essas novas denúncias, o que o Conselho de Segurança está deliberando é ver se essa mesma missão pode também se encarregar das novas denúncias.

Sua pergunta sobre que filtro de informações, justamente, é uma boa pergunta, porque não nos podemos basear unicamente em denúncias de um dos lados. Aquilo lá é uma guerra civil virtual, as emoções estão muito exarcebadas, e as acusações, muitas vezes, são infundadas. Nós precisamos de uma investigação independente, e a independência poderá ser assegurada pelo sistema Nações Unidas, de modo que nós aguardaremos as confirmações ou, de outra forma, daquilo que ocorre na Síria, Mas, desde já, expressamos preocupação com a hipótese de que venha ocorrer.

V.Exa. tem toda razão em falar que a segurança não é só de Israel, é da Palestina também. Talvez isso seja um cacoete diplomático, porque, sempre que se divulga um comunicado condenando assentamento de israelenses ou certas atitudes adotadas pelo Governo israelense que rebelam desconsideração de resoluções do Conselho de Segurança, de decisões adotadas pelo sistema ONU, há uma frase que equilibra isso, para dizer que isso não significa desconsideração para a segurança de Israel, mas, obviamente, isso tampouco deve ser interpretado como ausência de preocupação; pelo contrário, como grande compromisso não só com a criação do Estado da Palestina, mas também com a sua segurança e viabilidade futuras.

No Haiti, estamos envolvidos em uma variedade de projetos, inclusive há a possibilidade de contribuirmos para a geração de eletricidade, mediante a construção de uma hidrelétrica. O projeto já foi elaborado no Vale do Artibonite, que é o único rio perene do Haiti, e apresentado ao governo haitiano.

Esse projeto já sofreu algumas idas e vindas. Houve momentos em que o governo haitiano afirmou que daria prioridade a outras obras, e agora parece que está novamente interessado. Então, já temos uma conversa avançada com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, com o Canadá, com os Estados Unidos e



outros para ver como pode ser financiada essa obra. E já existem fundos, inclusive, no Banco Mundial, para o qual o Brasil mesmo contribuiu, que poderão ser acessados para que a obra seja viabilizada e gere emprego, eletricidade, enfim, novas oportunidades de desenvolvimento para o Haiti — uma questão que, sem dúvida, continua como prioridade nossa.

Infelizmente, não há muitas novidades para dar à Deputada Perpétua sobre o Senador Roger Pinto, há mais de 1 ano na Embaixada do Brasil. Ele, recentemente, precisou de cuidados médicos, e nós, obviamente, autorizamos que o médico fosse examiná-lo, para ver se ele tinha necessidade de alguma assistência, que seria fornecida. O canal de diálogo com o Governo boliviano persiste. Tivemos agora a boa notícia da liberação dos corintianos todos que estavam detidos na cidade de Oruro. Isso tudo é objeto de um processo diplomático permanente, um trabalho, como às vezes eu digo, de formiguinha, que envolve contatos frequentes de alto nível, eu mesmo com o Chanceler David Choquehuanca sempre abordo o tema, o grupo técnico continua se reunindo, e a nossa expectativa é de que consigamos de fato um salvo-conduto ou equivalente para que o Senador possa deixar a Embaixada em condições de segurança, porque o Governo brasileiro não admitirá qualquer entendimento ou arranjo proposto que não assegure a plena segurança e integridade física ao Senador.

Finalmente, eu não pretendo responder as colocações do Deputado Bolsonaro, mas quero simplesmente dizer que, como cidadão brasileiro e Chanceler, eu fico profundamente ofendido com as referências nos termos que foram feitos à Presidenta da República. Acho que é inteiramente descabido, não se coloca, numa democracia como a nossa, e isso revela, inclusive, na minha modesta opinião, desconhecimento grave da história.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Pellegrino) - Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a presente reunião, agradecendo mais uma vez a presença de S.Exa. o Sr. Ministro de Estado de Relações Exteriores Antonio de Aguiar Patriota, a todos os Parlamentares que aqui participaram e à imprensa.

Muito obrigado.